PubliCP

PORTO ALEGRE, **TERÇA-FEIRA**, 25 DE MARÇO DE 2025

LIFEMED

Lifemed Industrial de Equipamentos e Artigos Médicos e Hospitalares S.A.

CNPJ: 02.357.251/0001-53 - NIRE 43300047857

Relatório da Administração 2024

Prezados Acionistas,

O ano de 2024 quando comparado com o período homólogo de 2023 terminou com um acréscimo na receita consolidada líquida de deduções de 15,3% representando R$ 16,9 milhões, e acréscimo no lucro bruto de 5,5% representando um aumento de R$ 2,4 milhões. Esta variação nos valores é explicada pela aumento do faturamento líquido de Infusão.

No ano de 2024 podemos destacar que estamos sentindo o reflexo da redução no orçamento da saúde ocorrido em 2023. Além da redução no setor público também se verificou uma redução nos serviços dos hospitais privados, tendo sido verificado em 2023 esse impacto na redução dos resultados das operadoras de saúde. Esta tendência se continua a sentir em 2024 com uma redução nas demandas quer do setor público que do setor privado.

A reflexão sobre cadeias produtivas resilientes deve ir além do complexo industrial e incluir também toda a cadeia logística, que deve ser integrada para redução de desperdícios e aumento de níveis de serviço. Os esforços para construção destas cadeias resilientes por meio do uso massivo da transformação digital e de uma colaboração mais profunda entre diversos atores do setor devem ser um dos destaques de 2024.

Para 2025 esperamos abrir novos leitos de UTI através da integração destes, com a nossa plataforma Integare, aquisição de novos equipamentos de terceiros e outros equipamentos desenvolvidos pela pesquisa e desenvolvimento (P&D) da Lifemed, como o nosso novo equipamento de medição do balanço hídrico dos pacientes, o Urolife.

A Companhia nos últimos anos tem direcionado a sua estratégia e a sua atividade para ser reconhecida como uma das principais plataformas nacionais de fornecimento de produtos para o segmento de dispositivos médico-hospitalar de UTI, com o desenvolvimento e produção na planta de Pelotas de vários dispositivos médico-hospitalares, bombas de infusão, monitores e desfibriladores, e associação a empresas nacionais e internacionais produtoras de ventiladores, eletrocardiógrafos e camas hospitalares.

O acréscimo verificado na margem bruta da Companhia, em valores absolutos se deve ao aumento ocorrida nas vendas, com um menor volume em serviços.

Os fatos citados acima, conjugados com a manutenção de uma estrutura administrativa e comercial com poucas alterações, tiveram um impacto no EBTIDA, que em valor absoluto apresentou um decréscimo de 35,6% em comparação com o período homologo do ano anterior, e como demonstrado nos quadros abaixo:

EBITDA	Controladora 2024	Controladora 2023	Consolidado 2024	Consolidado 2023
(valores em R$ mil)				
Lucro Líquido	(26.632)	(16.525)	(27.963)	(18.019)
+ Resultado Financeiro Líquido	20.394	28.621	20.419	28.998
+ IR/CSLL	470	5.372	470	5.372
+ Depreciação/ amortização	14.352	14.651	14.395	14.691
(=) EBITDA	**8.901**	**32.119**	**7.638**	**31.042**
+/(-) Aumento / (Redução) Provisões	8.045	(7.419)	8.045	(7.419)
(=) EBITDA AJUSTADO	**16.629**	**24.700**	**15.366**	**23.623**

O EBITDA é utilizado como uma das medidas de desempenho adotadas por nossa administração pois acreditamos que é uma medida prática para aferir nosso desempenho operacional. Ademais, alguns investidores, agências de "rating" e analistas financeiros o utilizam como um proxy de nosso desempenho operacional.

As despesas comerciais e administrativas continuam a ser um foco constante da administração na busca da redução do seu peso porcentual em relação à receita operacional líquida. No entanto, com a estabilização do faturamento em 2024, houve uma diminuição do percentual das despesas administrativas e uma diminuição das despesas com vendas, em relação ao período homólogo do ano anterior, conforme demonstramos no quadro abaixo:

	2024	2023
(valores em R$ mil)		
Receita operacional líquida	**109.594**	**95.974**
Despesas gerais e administrativas	21.370	19.663
Depreciação e Amortização	(1.078)	(2.351)
Despesas gerais e administrativas líquidas de depreciação/amortização	**20.292**	**17.312**
% Despesas gerais e administrativas líquidas/ Receita operacional líquida	***18,52%***	***18,04%***
Despesas com vendas	36.189	30.760
Depreciação e Amortização	(89)	(97)
Despesas com vendas líquidas de depreciação amortização	**36.100**	**30.663**
% Despesas com vendas/ Receita operacional líquida	***32,94%***	***31,95%***

No ano de 2024 tivemos uma piora no índice de alavancagem da Companhia.

Continuamos com uma baixa geração de caixa devido ao modelo de negócio de infusão necessitar de alto capital investido.

Verificamos um aumento no índice de alavancagem da Companhia anualizado, resultante da diminuição do EBITDA e tendo a dívida líquida apresentado um acréscimo, conforme quadro abaixo:

Grau de alavancagem	2024	2023
(valores em R$ mil)		
Dívida líquida	94.580	72.312
EBITDA AJUSTADO (anualizado)	16.629	24.700
Índice Dívida líquida/EBITDA	***5,7***	***2,9***

Devido a atual estrutura de sua dívida e o seu fluxo de geração de caixa, a Companhia vem buscando alongar a sua dívida através de novas linhas de crédito junto ao FINEP, BNDES e outros bancos privados, tendo em agosto de 2023 sido renegociada a dívida com Banco Itaú através de emissão de Notas de Crédito por um prazo de 36 meses, com 3 de carência de pagamento de principal. No ano de 2024, no primeiro semestre, foi negociada a dívida com o Banco Santander por um prazo de 48 meses, com 6 meses de carência do pagamento de principal. Além disso a Companhia está negociando uma linha de crédito com o BNDES, para alongamento de toda a sua dívida, ainda no primeiro trimestre de 2025. Existindo hoje algumas incertezas de como será a volta das atividades econômicas na sua plenitude, a Companhia mantém como driver do seu crescimento, o objetivo de se tornar uma das principais plataformas nacionais do segmento de dispositivos médico-hospitalares para UTI, continuando a manter a estratégia de longo prazo com a manutenção de fortes investimentos em P&D.

A administração recomenda a leitura das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, o relatório dos administradores, as notas explicativas e o relatório dos auditores independentes.

Sociedades Controladas e Coligadas

Em 31/12/2024, a sociedade Signove Tecnologia S.A. era controlada pela Lifemed. (direta: 66,66%)

Instrução CVM 162/22

Em atendimento a Instrução CVM nº 162/22, informamos que ano de 2024 não contratamos outros serviços da Ernst Young Auditores Independentes, que não os de revisão trimestral e auditoria das demonstrações financeiras.

São Paulo, 25 de março de 2025

Franco Maria Giuseppe Pallamolla - Diretor

João Manuel Martins Ramos Canha - Diretor

Balanço Patrimonial - Em milhares de Reais

Ativo	Nota	Controladora 31/12/24	Controladora 31/12/23	Consolidado 31/12/24	Consolidado 31/12/23
Circulante					
Caixa e equivalentes de caixa	6	618	685	618	686
Aplicações financeiras	6	1.226	13.125	1.227	13.125
Contas a receber de clientes	7	46.372	74.703	46.372	74.703
Estoques	8	58.199	63.935	58.199	63.935
Impostos a recuperar	10	12.190	11.868	12.190	11.868
Adiantamentos a fornecedores	9	921	7.420	926	7.451
Outros créditos		4.504	2.739	4.523	2.748
		124.030	**174.475**	**124.055**	**174.516**
Não circulante					
Depósitos judiciais		1.237	545	1.237	545
Impostos a recuperar	10	-	3.385	-	3.385
Impostos diferidos, líquido	18	23.146	23.616	23.533	24.003
Partes relacionadas	15	18.430	14.196	105	-
Outros créditos		31	31	31	31
		42.844	**41.773**	**24.906**	**27.964**
Direto de uso		20	385	20	385
Imobilizado	12	121.716	103.061	121.810	103.190
Intangível	13	9.300	8.257	12.548	11.505
		131.036	111.703	134.378	115.080
		173.880	153.476	159.284	143.044
Total do ativo		**297.910**	**327.951**	**283.339**	**317.560**

Passivo	Nota	Controladora 31/12/24	Controladora 31/12/23	Consolidado 31/12/24	Consolidado 31/12/23
Circulante					
Fornecedores	14	9.188	9.426	9.230	9.638
Empréstimos e financiamentos	16	75.670	66.825	75.670	66.825
Duplicatas descontadas	16	-	682	-	682
Obrigações sociais e trabalhistas	17	10.124	8.827	10.352	9.088
Obrigações fiscais e tributárias	27	1.887	1.661	1.934	1.708
Passivos relacionados a contratos com clientes		1.153	1.087	1.153	1.087
Arrendamento mercantil		427	385	427	385
Comissões e outros passivos		5.116	14.531	5.116	14.531
Partes relacionadas	15	4.873	4.873	4.873	4.873
Provisão pagamento de royalties		209	3.171	209	3.171
Outras contas a pagar	20	7.465	9.948	7.465	9.948
		116.112	**121.416**	**116.429**	**121.936**
Não circulante					
Empréstimos e financiamentos	16	20.762	19.297	20.762	19.297
Obrigações sociais e trabalhistas	17	4.941	6.002	4.941	6.002
Obrigações fiscais e tributárias	28	693	224	759	298
ICMS diferido a recolher	28	1.264	2.772	1.264	2.772
Provisão para riscos cíveis, trabalhistas e tributários	19	2.286	2.400	2.286	2.400
Provisão perda de investimento	11	10.382	7.718	-	-
Outras contas a pagar		547	567	1.178	1.172
		40.875	**38.980**	**31.190**	**31.941**
Total do passivo		**156.987**	**160.396**	**147.619**	**153.877**
Patrimônio líquido	21				
Capital social		73.436	73.436	73.436	73.436
Reservas e de subvenção para investimentos		19.380	19.380	19.380	19.380
Reserva legal		7.699	7.699	7.699	7.699
Reserva de lucros para investimentos		40.408	67.040	40.408	67.040
Patrimônio líquido atribuível aos controladores		140.923	167.555	140.923	167.555
Participação dos acionistas não-controladores		-	-	(5.203)	(3.872)
Total do patrimônio líquido		**140.923**	**167.555**	**135.720**	**163.683**
Total do passivo e patrimônio líquido		**297.910**	**327.951**	**283.339**	**317.560**

Demonstração do resultado - Exercícios findos em 31 de dezembro
Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma

	Nota	Controladora 31/12/24	Controladora 31/12/23	Consolidado 31/12/24	Consolidado 31/12/23
Receita operacional líquida	22	109.594	95.974	109.594	95.974
Custos dos produtos vendidos	23	(62.883)	(51.380)	(62.883)	(51.380)
Lucro bruto		46.711	44.594	46.711	44.594
Despesas gerais e administrativas	23	(21.370)	(19.663)	(25.340)	(23.765)
Despesas com vendas	23	(36.189)	(30.760)	(36.189)	(30.760)
Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas	25	7.744	26.282	7.744	26.282
Resultado de equivalência patrimonial	11	(2.664)	(2.985)	-	-
Lucro operacional		(5.768)	17.468	(7.074)	16.351
Despesas financeiras	24	(22.297)	(29.517)	(22.332)	(29.901)
Receitas financeiras	24	1.903	896	1.913	903
Resultado financeiro, líquido		(20.394)	(28.621)	(20.419)	(28.998)
Prejuízo antes do imposto de renda e contribuição social		(26.162)	(11.153)	(27.493)	(12.647)
Imposto de renda e contribuição social diferido	18	(470)	(5.372)	(470)	(5.372)
Prejuízo líquido do exercício		(26.632)	(16.525)	(27.963)	(18.019)
Atribuível a:					
Acionistas controladores				(26.632)	(16.525)
Acionistas não-controladores				(1.331)	(1.494)
				(27.963)	(18.019)
Prejuízo por ação atribuível aos acionistas da Companhia durante o exercício (expresso em R$ por ação)	29				
Básico				(10,3368)	(6,4139)
Diluído				(10,3368)	(6,4139)

Demonstração do resultado abrangente
Exercícios findos em 31 de dezembro - Em milhares de Reais

	Nota	Controladora 31/12/24	Controladora 31/12/23	Consolidado 31/12/24	Consolidado 31/12/23
Prejuízo do exercício	29	(26.632)	(16.525)	(27.963)	(18.019)
Total do resultado abrangente do exercício		(26.632)	(16.525)	(27.963)	(18.019)
Atribuível a:					
Acionistas controladores				(26.632)	(16.525)
Acionistas não-controladores				(1.331)	(1.494)
				(27.963)	(18.019)

Demonstração das mutações do patrimônio líquido - Exercícios findos em 31 de dezembro - Em milhares de Reais

	Nota	Capital social	Reservas de subvenção	Reserva legal	Reserva de lucros para investimentos (Atribuível aos acionistas controladores)	Lucros acumulados	Total	Participação dos não controladores	Total do patrim. líquido
Saldos em 31 de dez. de 2022	21	**73.436**	**19.380**	**7.699**	**83.565**	-	**184.080**	**(2.378)**	**181.702**
Lucro (prejuízo) do exercício		-	-	-	-	(16.525)	(16.525)	(1.494)	(18.019)
Constit. de reserva de subvenção	28	-	1.832	-	-	(1.832)	-	-	-
Absorção de prejuízo		-	(1.832)	-	(16.525)	18.357	-	-	-
Saldos em 31 de dez. de 2023	21	**73.436**	**19.380**	**7.699**	**67.040**	-	**167.555**	**(3.872)**	163.683
Prejuízo do exercício		-	-	-	-	(26.632)	(26.632)	(1.331)	(27.963)
Constituição de reserva de subvenção	28	-	1.741	-	-	(1.741)	-	-	-
Absorção de prejuízo		-	(1.741)	-	(26.632)	28.373	-	-	-
Saldos em 31 de dez. de 2024	**21**	**73.436**	**19.380**	**7.699**	**40.408**	-	**140.923**	**(5.203)**	**135.720**

Demonstração do fluxo de caixa - Exercícios findos em 31 de dezembro
Em milhares de Reais

	Nota	Controladora 31/12/24	Controladora 31/12/23	Consolidado 31/12/24	Consolidado 31/12/23
Fluxos de caixa das atividades operacionais					
Prejuízo antes do imposto de renda e da contribuição social		**(26.162)**	**(11.153)**	**(27.493)**	**(12.647)**
Ajustes de:					
Resultado de equiv. patrimonial	11	2.664	2.985	-	-
Provisão para contigências	19	(114)	(2.232)	(114)	(2.232)
Perda na baixa de imobilizado	12	5.413	5.238	5.405	5.238
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	7	2.602	(1.019)	2.602	(1.019)
Provisões para comissões e outros passivos		5.087	(4.168)	5.087	(4.168)
Depreciação e amortização	12 e 13	14.352	14.651	14.395	14.691
Amortização arrendamento mercantil		-	825	-	825
Despesas de juros e variações apropriados	16	15.933	23.882	15.933	23.882
(Aumento) redução nos ativos					
Contas a receber	7	25.729	73.811	25.729	73.811
Estoques	8	5.736	3.387	5.736	3.387
Impostos a recuperar	10	3.063	11.140	3.063	11.140
Adiantamento a fornecedores	9	6.499	1.851	6.525	1.827
Outros créditos		(6.691)	(4.383)	(2.572)	(822)
(Redução) aumento nos passivos					
Fornecedores	14	(238)	2.226	(408)	2.320
Adiantamento de clientes		66	(81)	66	(81)
Obrigações fiscais, tributárias e subvenções governamentais	28	(815)	(1.097)	(821)	(1.008)
Obrigações sociais e trabalhistas	17	236	2.891	203	3.007
Outras contas a pagar		(19.965)	1.703	(19.941)	2.308
Caixa gerado nas operações		33.395	120.457	33.395	120.459
Caixa líquido proveniente das atividades operacionais		**33.395**	**120.457**	**33.395**	**120.459**
Fluxos de caixa das atividades de investimentos					
Aquisição de ativo imobilizado		(38.242)	(22.169)	(38.242)	(22.192)
Aquisição de intangível		(1.221)	(2.301)	(1.221)	(2.301)
Aplicações financeiras		11.899	(13.101)	11.898	(13.080)
Caixa líquido (utilizado) aplicado nas atividades de investimento		**(27.564)**	**(37.571)**	**(27.565)**	**(37.573)**
Fluxos de caixa das atividades de financiamentos					
Captação de empréstimos e financiamentos	16	64.257	151.192	64.257	151.192
Amortização de empréstimos e financiamentos - Principal (*)	16	(55.211)	(183.952)	(55.211)	(183.952)
Amortização de empréstimos e financiamentos - Juros (*)	16	(14.676)	(51.884)	(14.676)	(51.884)
Amortização de arrendamento mercantil		407	(856)	407	(856)
Duplicatas descontadas	16	(675)	(551)	(675)	(551)
Caixa líquido aplicado (utilizado) nas atividades de financiamento		**(5.898)**	**(86.051)**	**(5.898)**	**(86.051)**
Red. em caixa e equiv.de caixa		**(67)**	**(3.165)**	**(68)**	**(3.165)**
No início do exercício	6	685	3.850	686	3.851
No fim do exercício	6	618	685	618	686
Red. em caixa e equiv. de caixa		**(67)**	**(3.165)**	**(68)**	**(3.165)**

(*) A Companhia adota como política a apresentação de juros sobre empréstimos para fins de demonstração do fluxo de caixa nas atividades de financiamento.

Demonstrações do valor adicionado - Exercícios findos em 31 de dezembro
Em milhares de Reais

	Nota	Controladora 31/12/244	Controladora 31/12/23	Consolidado 31/12/24	Consolidado 31/12/23
Receitas					
Vendas de produtos e serviços	22	127.619	110.724	127.619	110.724
Outras receitas (despesas)		6.003	24.450	6.003	24.450
Provisão para crédito de liquidação duvidosa		(2.602)	(1.019)	(2.602)	(1.019)
Produção/ construção de ativos para uso		25.696	18.727	25.696	18.727
		156.716	**152.882**	**156.716**	**152.882**
Custos dos produtos e serviços		(20.526)	(10.198)	(20.526)	(10.198)
Materiais, energia, serviços de terceiros e outras desp. operac.		(34.195)	(28.264)	(34.195)	(28.264)
		(54.721)	**(38.462)**	**(54.721)**	**(38.462)**
Valor adicional bruto gerado		**101.995**	**114.420**	**101.995**	**114.420**
Retenções					
Depreciação e amortização		(14.352)	(14.651)	(14.395)	(14.691)
Valor liquido adicionado		**87.643**	**99.769**	**87.600**	**99.729**
Valor adicionado recebido em transferência					
Receitas financeiras	24	1.903	896	1.913	903
Resultado de equiv. patrim.	11	(2.664)	(2.985)	-	-
		(761)	**(2.089)**	**1.913**	**903**
Valor total adic. a distribuir		86.882	97.680	89.513	100.632
Distrib. do valor adicionado		86.882	97.680	89.513	100.632
Empregados		45.928	40.214	47.377	41.742
Remuneração direta		39.071	33.084	40.096	34.135
Benefícios		4.754	4.968	5.084	5.348
FGTS		2.103	2.162	2.197	2.259
Impostos, taxas e contribuições		24.506	25.699	24.815	26.004
Federais		11.128	15.532	11.435	15.835
Estaduais		13.082	9.842	13.082	9.842
Municipais		296	325	298	327
Remun. de capitais de terceiros		**43.080**	**48.292**	**45.284**	**50.905**
So Juros		**22.297**	**29.517**	**22.332**	**29.901**
Aluguéis		346	366	423	470
Royalties		36	45	36	45
Serviços de TI		2.165	2.419	2.431	2.534
Assistência técnica contratada		**2.691**	**3.137**	**2.691**	**3.137**
Consultoria comercial e marketing		**382**	**411**	**382**	**411**
Fretes sobre vendas		2.028	1.833	2.028	1.833
Honorários advocatícios		1.305	1.150	1.305	1.150
Outras		11.830	9.414	13.656	11.424
Resultado do exercício		**(26.632)**	**(16.525)**	**(27.963)**	**(18.019)**

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2024
Em milhares de Reais, exceto quando indicado em outra forma

1. Contexto operacional: A Lifemed Industrial de Equipamentos e Artigos Médicos e Hospitalares S.A., a seguir denominada como, "Controladora" ou "Lifemed" e sua controlada (conjuntamente referidas como "a Companhia"), sediada em Pelotas no Rio Grande do Sul, tem como objeto social a produção e comercialização de produtos, equipamentos e saneantes domissanitários da área médico e hospitalar com 100% das vendas realizadas atualmente no mercado interno, disseminadas em todo o território nacional. A Companhia atua no segmento de infusão, monitoração, esterilização e serviços de manutenção hospitalar. Seus principais clientes são órgãos de saúde pública e entidades de saúde privadas. Renegociação da dívida: A Companhia finalizou, no próprio ano de 2024, um processo de negociações com instituições financeiras, com o objetivo de estender o vencimento dos empréstimos que possui junto ao Banco Santander e ao Banco Itaú. Esta estratégia de reestruturação foi aprovada formalmente pelo Conselho de Administração, o que representa um passo importante para a consolidação da saúde financeira da Companhia a longo prazo. A emissão das demonstrações financeiras foi autorizada pelo Conselho de Administração da Companhia em 20 de março de 2025. **2. Base de apresentação: 2.1. Declaração de conformidade:** As demonstrações financeiras foram preparadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil incluindo os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e as normas internacionais de relatório financeiro (International Financial Reporting Standards (IFRS), emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB), e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela administração na sua gestão. As políticas contábeis materiais aplicadas na preparação destas demonstrações financeiras estão definidas abaixo. Essas práticas foram aplicadas de modo consistente em todos os exercícios apresentados, salvo disposição em contrário. As demonstrações financeiras foram preparadas considerando o custo histórico como base de valor. A preparação de demonstrações financeiras requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e também o exercício de julgamento por parte da administração do Grupo no processo de aplicação das práticas contábeis da Companhia. Aquelas áreas que requerem maior nível de julgamento e possuem maior complexidade, bem como as áreas nas quais premissas e estimativas são significativas para as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, estão divulgadas na Nota 2.5. a) Demonstrações financeiras individuais: As demonstrações financeiras individuais da Controladora foram preparadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC). Elas também estão em conformidade com as normas internacionais de relatório financeiro (*International Financial Reporting Standards* (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB). Essas demonstrações individuais são divulgadas em conjunto com as demonstrações financeiras consolidadas. b) Demonstrações financeiras consolidadas: As demonstrações financeiras consolidadas foram preparadas e estão sendo apresentadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil, incluindo os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e conforme as normas internacionais de relatório financeiro (*International Financial Reporting Standards* (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board*(IASB)). **2.2. Base de mensuração:** As demonstrações financeiras foram preparadas considerando o custo histórico como base de valor e ajustadas para refletir o custo atribuído do ativo imobilizado na data de transição para IFRS e CPC, e que, no caso de outros ativos e passivos financeiros (inclusive instrumentos financeiros derivativos, quando aplicável) é ajustado para refletir a mensuração ao valor justo. **2.3. Informações por segmento:** As informações por segmentos operacionais são apresentadas de modo consistente com o relatório interno fornecido para o principal tomador de decisões operacionais. O principal tomador de decisões operacionais, responsável pela alocação de recursos e pela avaliação de desempenho dos segmentos operacionais, é o Conselho de Administração, responsável inclusive pela tomada das decisões estratégicas da Companhia. Nossa administração considera que nossas operações compõem um único segmento operacional identificável, qual seja, o segmento de produtos para saúde destinados aos prestadores de serviços de saúde. **2.4. Moeda funcional e moeda de apresentação:** Essas demonstrações financeiras individuais e consolidadas são apresentadas em Reais (R$), que é a moeda funcional da Companhia. Todos os saldos e informações foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma. **2.5. Uso de estimativas e julgamentos:** As estimativas e os julgamentos contábeis são continuamente avaliados e baseiam-se na experiência histórica e em outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros, consideradas razoáveis para as circunstâncias. Com base em premissas, a Companhia faz estimativas com relação ao futuro. Por definição, as estimativas contábeis resultantes raramente serão iguais aos respectivos resultados reais. As estimativas e premissas que apresentam um risco significativo, com probabilidade de causar um ajuste relevante nos valores contábeis de ativos e passivos para o próximo exercício social, estão contempladas a seguir. As informações referentes aos julgamentos realizados na aplicação das políticas contábeis e as estimativas estão incluídas nas seguintes notas explicativas: • Nota 4 - Contas a receber de clientes: A Companhia mantém saldos a receber com o Ministério da Saúde e vem discutindo o recebimento dos montantes em aberto referente a vendas ocorridas durante a pandemia. A Companhia estimou que o recebimento ocorrerá no decorrer do ano de 2025 e irá reavaliar a expectativa de recebimento a cada emissão de relatório até que os recursos sejam efetivamente liquidados. • Nota 13 - Intangível (recuperabilidade - *impairment*): Anualmente, a Companhia testa eventuais perdas (*impairment*), de acordo com a política contábil apresentada na Nota 3.h). Os valores recuperáveis de Unidades Geradoras de Caixa (UGCs) foram determinados com base em cálculos do valor em uso, efetuados com base em estimativas e projeções orçamentárias aprovadas pela administração. • Nota 18 - Impostos diferidos (recuperabilidade): A Companhia entende que o ativo fiscal diferido é recuperável considerando as projeções de lucro tributável futuro estimado com base nos planos de negócios aprovados e nos orçamentos para a Companhia. • Nota 19 - Provisão para riscos tributários: A Companhia mantém certas discussões administrativas e judiciais com as autoridades fiscais no Brasil, relacionadas a certas posições fiscais adotadas na apuração do imposto de renda e contribuição social sobre o lucro líquido ((IRPJ/CSLL), cuja análise atual de prognóstico, com base em avaliação interna e externa dos assessores jurídicos, é de que elas serão provavelmente aceitas em decisões de tribunais superiores de última instância. Contudo, a determinação final é incerta e depende de fatores não controlados pela Companhia, como mudanças na jurisprudência e alterações nas leis e regulamentos tributários. **2.6. Mudanças nas políticas contábeis e divulgações:** Alterações ao CPC 18 (R3) e a ICPC 09: Em setembro de 2024, o Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) emitiu alterações ao Pronunciamento Técnico CPC 18 (R3) e à Interpretação Técnica ICPC 09 (R3), com o objetivo de alinhar as normativas contábeis brasileiras com os padrões internacionais emitidos pelo IASB. A atualização do Pronunciamento Técnico CPC 18 contempla a aplicação do método da equivalência patrimonial (MEP) para a mensuração de investimentos em controladas nas demonstrações financeiras individuais, refletindo a alteração nas normas internacionais que agora permitem essa prática nas demonstrações financeiras separadas. Essa convergência harmoniza as práticas contábeis adotadas no Brasil com as internacionais, sem gerar impactos materiais em relação à norma atualmente vigente, concentrando-se apenas em ajustes de redação e na atualização das referências normativas. A ICPC 09, por sua vez, não tem correspondência direta com normas do IASB e por consequência estava desatualizada, exigindo alterações para alinhar sua redação a fim de ajustá-lo a atualizações posteriores a sua emissão e atualmente observadas nos documentos emitidos pelo CPC. As alterações vigoram para períodos de demonstrações financeiras que se iniciam em ou após 1º de janeiro de 2025. A Companhia não espera impactos nas demonstrações financeiras oriundos da adoção. Norma IFRS S1: Estabelece os requisitos gerais para que uma entidade divulgue informações sobre os seus riscos e oportunidades relacionados com a sustentabilidade. Essa norma prevê a elaboração e divulgação do relatório de informações financeiras relacionadas à sustentabilidade, a partir dos exercícios sociais iniciados em, ou após, 1º de janeiro de 2026. A Companhia está avaliando os impactos desta alteração, porém não espera efeitos significativos oriundos da adoção. Norma IFRS S2: Estabelece os requisitos para as empresas divulgarem informações sobre os seus riscos e oportunidades relacionados com o clima. Essa norma prevê a elaboração e divulgação do relatório de informações financeiras relacionadas à sustentabilidade, a partir dos exercícios sociais iniciados em, ou após, 1º de janeiro de 2026. A Companhia está avaliando os impactos desta alteração, porém não espera efeitos significativos oriundos da adoção. Norma IFRS 18: Em abril de 2024, o IASB emitiu o IFRS 18, substituindo o IAS 1, equivalente ao CPC 26 (R1) - Apresentação de Demonstrações Financeiras, estabelecendo novos requisitos para apresentação dentro da demonstração do resultado do exercício. As receitas e despesas devem ser classificadas em cinco categorias: operacional, investimento, financiamento, impostos de renda e operações descontinuadas. A norma exige a divulgação de medidas de desempenho definidas pela administração, agregação e desagregação de informações financeiras com base nas "funções" identificadas das demonstrações financeiras primárias (primary financial statements (PFS)) e das notas explicativas. Alterações de escopo restrito foram feitas ao IAS 7, equivalente ao CPC 03 (R2) - Demonstração dos Fluxos de Caixa, incluem mudanças dentre outras no ponto de partida para fluxos de caixa pelo método indireto e remoção da opcionalidade de classificação dos fluxos de caixa de dividendos e juros. O IFRS 18 entra em vigor a partir de 1º de janeiro de 2027, com aplicação antecipada permitida, exceto no Brasil, e será aplicado retrospectivamente. A Companhia está avaliando os impactos que as alterações terão nas demonstrações financeiras. A Companhia ainda não identificou impactos em suas Demonstrações Financeiras após a análise das normas apresentadas. **2.7. Efeitos do evento climático ocorrido no Estado do Rio Grande do Sul:** Durante os meses de abril e maio de 2024, fortes chuvas provocaram enchentes que causaram um dos piores desastres climáticos da história do Rio Grande do Sul. Segundo o boletim da Defesa Civil do Estado do Rio Grande do Sul, as inundações afetaram um total de 478 municípios, com mais de 2.398 mil pessoas impactadas pelo evento climático extremo. Ainda que o evento tenha tido repercussão importante no Estado do Rio Grande do Sul, não tivemos impacto material. Em observância ao Ofício Circular nº 01/24 emitido pela Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") relacionamos abaixo os principais impactos no negócio: • Perdas estimadas em estoque e imobilizado: Não tivemos perdas significativas. • Recuperabilidade de ativos: Não identificamos fatores que alterem ou indiquem perdas por *impairment*. • Valor justo: O impacto das enchentes não afetou o valor justo dos nossos ativos e passivos. **3. Políticas contábeis materiais:** As políticas contábeis materiais descritas em detalhes abaixo têm sido aplicadas de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nessas informações financeiras. a) Base de consolidação: As seguintes políticas contábeis materiais são aplicadas na elaboração das demonstrações financeiras consolidadas. *Controladas:* Controladas são todas as entidades (incluindo as entidades estruturadas) nas quais a Companhia detém o controle. As controladas são totalmente consolidadas a partir da data em que o controle é transferido para a Companhia. A consolidação é interrompida a partir da data em que a Companhia deixa de ter o controle. Transações, saldos e ganhos não realizados em transações entre empresas e a Companhia são eliminados. Os prejuízos não realizados também são eliminados a menos que a operação forneça evidências de uma perda (impairment) do ativo transferido. As políticas contábeis das controladas são alteradas, quando necessário, para assegurar a consistência com as políticas adotadas pela Companhia. Quando a Companhia deixa de ter controle, qualquer participação retida na entidade é remensurada ao seu valor justo, sendo a mudança no valor contábil reconhecida no resultado. Os valores reconhecidos previamente em outros resultados abrangentes são reclassificados para o resultado. *Transação com não controladores:* A Companhia trata as transações com participações de não controladores como transações com proprietários de ativos. Para as compras de participações de não controladores, a diferença entre qualquer contraprestação paga e a parcela adquirida do valor contábil dos ativos líquidos da controlada é registrada no patrimônio líquido. Os ganhos ou perdas sobre alienações para participações de não controladores também são registrados diretamente no patrimônio líquido, na conta "Ajustes de avaliação patrimonial". a) Caixa e equivalentes de caixa: Caixa e equivalentes de caixa incluem o caixa, os depósitos bancários e outros investimentos de curto prazo de alta liquidez, com vencimentos originais de até três meses, e com risco insignificante de mudança de valor, sendo o saldo apresentado líquido de saldos de contas garantidas ou que encerraram o exercício com saldo negativo na demonstração dos fluxos de caixa. As contas garantidas e as que encerraram o exercício com saldo negativo são demonstradas como "Empréstimos e financiamentos", no passivo circulante. b) Ativos financeiros: i) *Classificação:* A Companhia classifica seus ativos financeiros sob as seguintes categorias de mensuração: • Mensurados ao valor justo (seja por meio de outros resultados abrangentes ou por meio do resultado). • Mensurados ao custo amortizado. A classificação depende do modelo de negócio da entidade para gestão dos ativos financeiros e os termos contratuais dos fluxos de caixa. Para ativos financeiros mensurados ao valor justo, os ganhos e perdas serão registrados no resultado ou em outros resultados abrangentes. Para investimentos em instrumentos de dívida, isso dependerá do modelo do negócio no qual o investimento é mantido. Para investimentos em instrumentos patrimoniais que não são mantidos para negociação, isso dependerá de a Companhia ter feito ou não a opção irrevogável, no reconhecimento inicial, por contabilizar o investimento patrimonial ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes. Quando aplicável, a Companhia reclassifica os investimentos em títulos de dívida somente quando o modelo de negócios para gestão de tais ativos é alterado. ii) *Reconhecimento e desreconhecimento:* Compras e vendas regulares de ativos financeiros são reconhecidas na data de negociação, data na qual a Companhia se compromete a comprar ou vender o ativo. Os ativos financeiros são desreconhecidos quando os direitos de receber fluxos de caixa tenham vencido ou tenham sido transferidos e a Companhia tenha transferido substancialmente todos os riscos e benefícios da propriedade. iii) *Mensuração:* No reconhecimento inicial, a Companhia mensura um ativo financeiro ao valor justo acrescido, no caso de um ativo financeiro não mensurado ao valor justo por meio do resultado, dos custos da transação diretamente atribuíveis à aquisição do ativo financeiro. Os custos de transação de ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado são registrados como despesas no resultado. Os ativos financeiros com derivativos embutidos são considerados, em sua totalidade, ao determinar se os seus fluxos de caixa consistem apenas em pagamento do principal e de juros. iv) *Impairment:* A Companhia passou a avaliar, em base prospectiva, as perdas esperadas de crédito associadas aos títulos de dívida registrados ao custo amortizado e ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes. A metodologia de impairment aplicada depende de ter havido ou não um aumento significativo no risco de crédito. Para as contas a receber de clientes, a Companhia aplica a abordagem simplificada conforme permitido pelo CPC 48 e, por isso, reconhece as perdas esperadas ao longo da vida útil a partir do reconhecimento inicial dos recebíveis. v) *Compensação de instrumentos financeiros:* Quando aplicável, ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é apresentado no balanço patrimonial quando há um direito legal de compensar os valores reconhecidos e há a intenção de liquidá-los em uma base líquida, ou realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente. O direito legal não deve ser contingente em eventos futuros e deve ser aplicável no curso normal dos negócios e no caso de inadimplência, insolvência ou falência da empresa ou da contraparte. vi) *Instrumentos financeiros derivativos mensurados ao valor justo por meio do resultado:* Inicialmente, os derivativos são reconhecidos pelo valor justo na data em que um contrato de derivativos é celebrado e são, subsequentemente, remensurados ao seu valor justo. O método para reconhecer o ganho ou a perda resultante depende do fato do derivativo ser designado ou não como um instrumento de hedge nos casos de adoção da contabilidade de hedge (hedge accounting). Sendo este o caso, o método depende da natureza do item que está sendo protegido por hedge. Em 31 de dezembro de 2024 e 2023, a Companhia não possuía instrumentos financeiros derivativos designados como *hedge accounting*.As variações no valor justo de qualquer um desses instrumentos derivativos são reconhecidas imediatamente na demonstração do resultado em "Outros ganhos

Continua

Verificado em 25/03/2025 08:21:40 Página 1 de 5

Continuação

(perdas), líquidos". c) Contas a receber de clientes: As contas a receber de clientes correspondem aos valores a receber de clientes pela venda de mercadorias ou prestação de serviços no curso normal das atividades da Companhia, reduzida ao seu valor recuperável de acordo com a perda estimada estabelecida pelo modelo de negócio da Companhia. Se o prazo de recebimento é equivalente a um ano ou menos (ou outro que atenda o ciclo normal de operações da Companhia), as contas a receber são classificadas no ativo circulante. Caso contrário, estão apresentadas no ativo não circulante. d) Estoques: Os estoques são mensurados pelo menor valor entre o custo e o valor realizável líquido. O custo dos estoques é baseado no princípio do custo médio e inclui gastos incorridos na aquisição de estoques, custos de produção e transformação e outros custos incorridos em trazê-los às suas localizações e condições existentes. No caso dos produtos acabados e produtos em processo, o custo inclui uma parcela dos custos gerais de fabricação baseado na capacidade de operacional normal. O valor realizável líquido é o preço estimado de venda no curso normal dos negócios, deduzido dos custos estimados de conclusão e despesas de vendas.e) Ativo imobilizado: *Reconhecimento e mensuração:* Os itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição, deduzido de depreciação acumulada e perdas por redução ao valor recuperável (*impairment*) acumuladas, quando necessário. O custo dos ativos imobilizados inclui os gastos que são diretamente atribuíveis à aquisição dos ativos. Os ativos permanentes reconhecidos como "Imobilizado em andamento" tem por finalidade registrar todos os investimentos em ativo fixo da Companhia, os quais possuem controle individual por projeto, por localidade e tipo de investimento. Quando os projetos entram em produção ou quando são postos em serviço, estes são transferidos para as suas respectivas contas definitivas para o início da depreciação. Ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado (apurados pela diferença entre os recursos advindos da alienação e o valor contábil do imobilizado), são reconhecidos líquidos dentro de outras receitas/ despesas operacionais no resultado. *Custos subsequentes:* O custo de reposição de um componente do imobilizado é reconhecido no valor contábil do item caso seja provável que os benefícios econômicos incorporados dentro do componente irão fluir para a Companhia e sua controlada e que o seu custo pode ser medido de forma confiável. O valor contábil do componente que tenha sido reposto por outro é baixado. Gastos de manutenção e reparos recorrentes são registrados no resultado. *Depreciação:* A depreciação é calculada sobre o valor depreciável, que é o custo de um ativo, ou outro valor substituto do custo, deduzido do valor residual. Itens do imobilizado são depreciados pelo método linear no resultado do exercício baseado na vida útil estimada de cada componente. Ativos arrendados são depreciados pelo menor período entre a vida útil estimada do bem e o prazo do contrato, a não ser que seja certo que a Companhia obterá a propriedade do bem ao final do arrendamento. Terrenos não são depreciados. Itens do ativo imobilizado são depreciados a partir da data em que são instalados e estão disponíveis para uso, ou em caso de ativos construídos internamente, do dia em que a construção é finalizada e o ativo está disponível para utilização. As vidas úteis estimadas para os exercícios correntes e comparativos estão demonstradas na Nota 12. Os métodos de depreciação, as vidas úteis e os valores residuais são revisados a cada encerramento de exercício financeiro e eventuais ajustes são reconhecidos como mudança de estimativa contábil. f) Ativos intangíveis: *Pesquisa e desenvolvimento:* Gastos com atividades de pesquisa são reconhecidos no resultado conforme incorridos. Os gastos com desenvolvimento são capitalizados somente se os custos de desenvolvimento puderem ser mensurados de maneira confiável, se o produto ou processo for tecnicamente e comercialmente viável, se os benefícios econômicos futuros forem prováveis, e se a Companhia tiver a intenção e recursos suficientes para concluir o desenvolvimento e usar ou vender o ativo. Os demais gastos com desenvolvimento são reconhecidos no resultado conforme incorridos. Após o reconhecimento inicial, os gastos com desenvolvimento capitalizados são mensurados pelo custo, deduzido da amortização acumulada e quaisquer perdas por redução ao valor recuperável (impairment). Ativos intangíveis relacionados à tecnologia industrial estão substancialmente representados por desenvolvimento de novos produtos para os quais a Companhia tem a intenção e capacidade de concluir os projetos e colocar os produtos no mercado. *Outros ativos intangíveis:* Outros ativos intangíveis que são adquiridos pela Companhia e que têm vidas úteis finitas são mensurados pelo custo, deduzido da amortização acumulada e das perdas por redução ao valor recuperável acumuladas. *Gastos subsequentes:* Os gastos subsequentes são capitalizados somente quando eles aumentam os futuros benefícios econômicos incorporados no ativo específico ao qual se relacionam. Todos os outros gastos subsequentes, são reconhecidos no resultado conforme incorridos. *Amortização:* Amortização é calculada sobre o custo de um ativo ou outro valor substituto do custo, deduzido do valor residual. A amortização é reconhecida no resultado baseando-se no método linear com relação às vidas úteis estimadas de ativos intangíveis, que não ágio, a partir da data em que estes estão disponíveis para uso, já que esse método é o que mais perto reflete o padrão de consumo de benefícios econômicos futuros incorporados no ativo. O prazo de amortização destes ativos é determinado pela sua vida útil conforme demonstrado na Nota 13. g) Ativos não financeiros (redução ao valor recuperável): Os valores contábeis dos ativos não financeiros da Companhia, que não o imposto de renda e contribuição social diferidos, são revistos a cada data de apresentação para apurar se há indicação de perda no valor recuperável. Caso ocorra tal indicação, então o valor recuperável do ativo é estimado. Para testes de redução ao valor recuperável, os ativos são agrupados em Unidades Geradoras de Caixa (UGC), ou seja, no menor grupo possível de ativos que gera entradas de caixa pelo seu uso contínuo, entradas essas que são em grande parte independentes das entradas de caixa de outros ativos ou UGCs. O valor recuperável de um ativo ou UGC é o maior entre o seu valor em uso e o seu valor justo menos custos para vender. O valor em uso é baseado em fluxos de caixa futuros estimados, descontados a valor presente usando uma taxa de desconto antes dos impostos que reflita as avaliações atuais de mercado do valor do dinheiro no tempo e os riscos específicos do ativo ou da UGC. Uma perda por redução ao valor recuperável é reconhecida se o valor contábil do ativo ou UGC exceder o seu valor recuperável. A Administração da Companhia efetua anualmente uma análise de *impairment* aos gastos de desenvolvimento capitalizados, por ser um ativo intangível ainda não disponível para o uso, efetuando esta análise para imobilizado, apenas quando há indicadores de *impairment*. A Administração revisa anualmente análise de *impairment* e para 31 de dezembro de 2024 e 31 de dezembro de 2023 a Administração não identificou a necessidade de redução ao valor recuperável. h) Contas a pagar aos fornecedores: As contas a pagar aos fornecedores são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos de fornecedores no curso normal dos negócios, sendo classificadas como passivos circulantes se o pagamento for devido no período de até doze meses. Caso contrário, as contas a pagar são apresentadas como passivo não circulante. i) Empréstimos e financiamentos: Os empréstimos e financiamentos são reconhecidos, inicialmente, pelo valor justo, líquido dos custos da transação incorridos e são, subsequentemente, demonstrados pelo custo amortizado. Qualquer diferença entre os valores captados (líquidos dos custos da transação) e o valor de resgate é reconhecida na demonstração do resultado durante o período em que os empréstimos e financiamentos estejam em andamento, utilizando o método da taxa de juros efetiva. Os empréstimos e financiamentos são classificados como passivo circulante, a menos que a Companhia tenha um direito incondicional de diferir a liquidação do passivo por, pelo menos, 12 meses após a data do balanço. j) Capital Social: i) *Ações ordinárias* : Ações ordinárias são classificadas como patrimônio líquido. Custos adicionais diretamente atribuíveis à emissão de ações são reconhecidos como dedução do patrimônio líquido, líquido de quaisquer efeitos tributários. k) Benefícios a empregados: *Benefícios de curto prazo a empregados:* Obrigações de benefícios de curto prazo a empregados são mensuradas em uma base não descontada e são incorridas como despesas conforme o serviço relacionado seja prestado. O passivo é reconhecido pelo valor esperado a ser pago em dinheiro na participação nos lucros de curto prazo se a Companhia tem uma previsão de pagar esse valor em função de serviço passado prestado pelo empregado, e a obrigação possa ser estimada de maneira confiável. l) Provisões: Uma provisão é reconhecida, em função de um evento passado, se a Companhia e sua controlada tem uma obrigação legal ou construtiva que possa ser estimada de maneira confiável, e é provável que um recurso econômico seja exigido para liquidar a obrigação. As provisões são apuradas através do desconto dos fluxos de caixa futuros esperados a uma taxa antes de impostos que reflete as avaliações atuais de mercado quanto ao valor do dinheiro no tempo e riscos específicos para o passivo. Os custos financeiros incorridos são registrados no resultado. m) Imposto de renda e contribuição social: O imposto de renda e a contribuição social do exercício corrente e diferido são calculados com base nas alíquotas de 15% acrescida do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R$240 mil para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido de janeiro até dezembro. As despesas com imposto de renda e contribuição social compreendem os tributos correntes e diferidos. O imposto corrente e o imposto diferido são reconhecidos no resultado a menos que estejam relacionados a itens diretamente reconhecidos no patrimônio líquido ou em outros resultados abrangentes. O imposto corrente é o imposto a pagar ou a recuperar esperado sobre o lucro ou prejuízo tributável do exercício, a taxas de impostos decretadas ou substantivamente decretadas na data de apresentação das informações financeiras e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores. O imposto diferido é reconhecido com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins contábeis e os correspondentes valores usados para fins de tributação. O imposto diferido é mensurado pelas alíquotas que se espera serem aplicadas às diferenças temporárias quando elas revertem, baseando-se nas leis que foram decretadas ou substantivamente decretadas até a data de apresentação das informações financeiras. Os ativos e passivos fiscais diferidos são compensados caso haja um direito legal de compensar passivos e ativos fiscais correntes, e eles se relacionem a impostos de renda lançados pela mesma autoridade tributária sobre a mesma entidade sujeita à tributação. Um ativo de imposto de renda e contribuição social diferidos é reconhecido por perdas fiscais, créditos fiscais e diferenças temporárias dedutíveis não utilizados, quando for provável que lucros futuros sujeitos à tributação estarão disponíveis e contra os quais serão utilizados. Ativos de imposto de renda e contribuição social diferidos são revisados a cada data de relatório e serão reduzidos na medida em que sua realização não seja mais provável. n) Receita operacional: A receita operacional é reconhecida quando a obrigação de desempenho é satisfeita, levando em consideração os seguintes indicadores de transferência de controle: (i) a entidade possui um direito presente de pagamento pelo ativo; (ii) o cliente possui a titularidade legal do ativo; (iii) a entidade transferiu a posse física do ativo; (iv) o cliente possui os riscos e benefícios significativos da propriedade do ativo; e (v) o cliente aceitou o ativo. A receita é medida líquida de devoluções, descontos comerciais e bonificações, bem como após a eliminação das vendas entre as empresas. A Companhia comercializa produtos, equipamentos e saneantes domissanitários da área médico e hospitalar, com a quase totalidade das vendas realizadas no mercado interno, que são classificadas com venda de produtos. As linhas de produtos e equipamentos vendidos para os hospitais são: bombas de infusão, monitores, desfibriladores, ventiladores, reprocessadoras de endoscópios e linhas de diálise. A Companhia possui receitas provenientes da locação de equipamentos, que são reconhecidas no momento do cumprimento da obrigação do contrato de serviço. A obrigação de desempenho é cumprida ao longo do tempo do contrato considerando a disponibilidade destes equipamentos. A Companhia contabiliza o aluguel de equipamentos como uma obrigação de desempenho separada e reconhece a receita em seu preço de venda individual, considerando que o aluguel é cobrado como uma taxa mensal fixa. As receitas são reconhecidas numa base linear ao longo do tempo do contrato, líquidas de impostos, iniciando quando o cliente obtém o controle do equipamento alugado. A Companhia não prevê ter contratos nos quais o período entre a transferência dos bens ou serviços prometidos ao cliente e o pagamento por parte do último exceda um ano. Como consequência, a Companhia não ajusta os preços de transação em relação ao valor do dinheiro no tempo. o) Receitas e despesas financeiras: As receitas financeiras abrangem principalmente receitas de rendimentos sobre aplicações financeiras e variações monetárias positivas sobre ativos financeiros. A receita de juros é reconhecida no resultado do exercício, através do método dos juros efetivos. As despesas financeiras abrangem despesas com os juros sobre empréstimos, e variações monetárias sobre passivos financeiros. Custos de empréstimos que não sejam diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de um ativo qualificável são reconhecidos no resultado através do método dos juros efetivos. p) Subvenções governamentais: A Companhia possui subvenções de imposto sobre circulação de mercadorias e serviços ("ICMS") para investimentos concedidos pelo governo estadual do Rio Grande do Sul. Esses incentivos fiscais estão diretamente ligados à operação de unidades produtivas, geração de empregos e desenvolvimento social e econômico. Essas subvenções governamentais são reconhecidas no resultado do exercício como outras receitas em uma base sistemática conforme os critérios para reconhecimento do benefício são atendidos. A parte referente ao diferimento do ICMS a pagar é registrada no passivo não circulante. q) Resultado por ação: O resultado por ação básico é calculado por meio do resultado do exercício atribuível aos acionistas da Companhia e a média ponderada das ações ordinárias no respectivo exercício. O resultado por ação diluído é calculado por meio da referida média das ações em circulação, ajustada pelos instrumentos potencialmente conversíveis em ações, com efeito diluidor, nos exercícios apresentados. Em 31 de dezembro de 2024 e 2023, não hove fator diluidor nas ações. r) Demonstrações de valor adicionado: A Companhia elaborou as demonstrações do valor adicionado (DVA) individuais e consolidadas nos termos do pronunciamento técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado, as quais são apresentadas como parte integrante das informações financeiras conforme BRGAAP aplicável às companhias abertas, enquanto que para fins de IFRS representam informação financeira adicional. s) Arredondamento de valores: Todos os valores divulgados nas demonstrações financeiras e notas foram arredondados com a aproximação de milhares de reais, salvo indicação contrária. t) Arrendamentos: A Companhia adota os seguintes procedimentos: (i) o valor do passivo de arrendamento é calculado com base no valor presente dos pagamentos de arrendamento remanescentes, descontados, utilizando a taxa incremental sobre empréstimo da Companhia, na data da aplicação inicial, e (ii) o valor do ativo de direito de uso na data de aplicação inicial é mensurado de forma prospectiva. Atualmente a Companhia possui somente 3 (três) contratos de arrendamento o do escritório administrativo e financeiro, o prédio da assitência técnica, ambos em São Paulo e a locação de veículos para a assitência técnica. A Administração entende que estes valores não são materiais. **4. Determinação do valor justo**: Diversas políticas e divulgações contábeis da Companhia exigem a determinação do valor justo, tanto para os ativos e passivos financeiros como para os não financeiros. Os valores justos têm sido apurados para propósitos de mensuração e/ou divulgação baseados nos métodos abaixo. Quando aplicável, as informações adicionais sobre as premissas utilizadas na apuração dos valores justos são divulgadas nas notas específicas àquele ativo ou passivo. Contas a receber de clientes e outros créditos: O valor justo de contas a receber e outros créditos é estimado como o valor presente de fluxos de caixa futuros, descontado pela taxa de mercado dos juros apurados na data de apresentação. Esse valor justo é determinado para fins de divulgação. Passivos financeiros não derivativo: O valor justo, que é determinado para fins de divulgação, é calculado baseando-se no valor presente do principal e fluxos de caixa futuros, descontados pela taxa de mercado dos juros apurados na data das informações financeiras. **5. Gerenciamento de risco financeiro:** A Companhia apresenta exposição aos seguintes riscos advindos do uso de instrumentos financeiros: • Risco de crédito; • Risco de liquidez; • Risco de mercado; • Risco operacional; • Risco de estrutura de capital (ou risco financeiro). Essa nota apresenta informações sobre a exposição da Companhia a cada um dos riscos supramencionados, os objetivos, políticas e processos para a mensuração e gerenciamento de risco, e o gerenciamento de capital da Companhia. Divulgações quantitativas adicionais são incluídas ao longo dessas informações financeiras. Estrutura do gerenciamento de risco: A Administração tem responsabilidade pelo estabelecimento e supervisão da estrutura de gerenciamento de risco da Companhia. O gerenciamento de riscos é estabelecido para identificar e analisar os riscos enfrentados pela Companhia, para definir limites e controles de riscos apropriados, e para monitorar riscos e aderência aos limites. Os procedimentos de gerenciamento de riscos são revisados frequentemente para refletir mudanças nas condições de mercado e nas atividades da Companhia. A Companhia, através de suas normas e procedimentos de treinamento e gerenciamento, objetiva desenvolver um ambiente de controle disciplinado e construtivo, no qual todos os empregados entendem os seus papéis e obrigações. a) *Risco de crédito*: O risco de crédito decorre de caixa e equivalentes de caixa, fluxos de caixa contratuais decorrentes de ativos financeiros mensurados ao custo amortizado, ao valor justo por meio do resultado e ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes, instrumentos financeiros derivativos favoráveis, depósitos em bancos e em outras instituições financeiras, bem como de exposições de crédito a clientes, incluindo contas a receber em aberto. Contas a receber de clientes e outros créditos: A exposição da Companhia e sua controlada ao risco de crédito é influenciada, principalmente, pelas características individuais de cada cliente. Entretanto, a Administração também considera a demografia da base de clientes, incluindo o risco de crédito da indústria e setor de atuação, uma vez que estes fatores podem ter influência no risco de crédito. Geograficamente não há concentração de risco de crédito. A Companhia estabeleceu um procedimento de crédito sob a qual todo cliente tem sua capacidade de crédito analisada individualmente. Esta análise é efetuada através de um Grupo de análise de Crédito. As aprovações de créditos são estabelecidas para cada cliente de acordo com a capacidade de pagamento e pontualidade, histórico de compra junto à Companhia e sua controlada e avaliação cadastral, referências bancárias e comerciais. No monitoramento do risco de crédito dos clientes, os mesmos são agrupados de acordo com suas características de crédito, localização geográfica, tipo de indústria, maturidade e existência de dificuldades financeiras anteriores, incluindo se são pessoa física, jurídica ou órgãos públicos. A Companhia e sua controlada operam basicamente com vendas sob encomenda de clientes finais, firmadas mediante contrato e com pagamentos parciais de acordo com os eventos físicos. A Companhia e sua controlada estabelecem uma provisão para redução ao valor recuperável e que representa sua estimativa de perdas esperadas com relação às contas a receber de clientes e outros créditos, quando aplicável. b) *Risco de liquidez*: Risco de liquidez é o risco de que a Companhia encontre dificuldades em cumprir com as obrigações associadas com seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos à vista ou com outro ativo financeiro. A abordagem da Companhia na administração de liquidez é de garantir, ao máximo possível, que sempre tenha liquidez suficiente para cumprir com suas obrigações ao vencerem, sob condições normais e de estresse, sem causar perdas inaceitáveis ou com risco de prejudicar sua reputação. A Companhia e sua controlada constantemente monitoram suas exigências de fluxo de caixa operacional e na otimização de seu retorno de caixa sobre investimentos. Os passivos financeiros divulgados abaixo são os fluxos de caixa não descontados contratados:

	Até um ano	Mais de ano	De 3 a 4 anos	Mais de 4 anos	Total
Em 31 de dezembro 2024					
Fornecedores	16.294	-	-	-	16.294
Empréstimos	75.663	11.348	8.867	547	96.425
Em 31 de dezembro 2023					
Fornecedores	9.426	-	-	-	9.426
Empréstimos	66.825	13.186	5.948	163	86.122

c) *Risco de mercado*: Risco de mercado é o risco de que alterações nos preços de mercado, tais como as taxas de câmbio e taxas de juros, impactem nos ganhos da Companhia e de sua controlada ou no valor de suas participações em instrumentos financeiros. O objetivo do gerenciamento de risco de mercado é gerenciar e controlar as exposições aos riscos, dentro de parâmetros aceitáveis, e ao mesmo tempo otimizar o retorno. Risco de taxa de câmbio: A Companhia atua no mercado externo, referente a aquisição de matéria-prima importada. Os resultados da Companhia e de sua controlada estão suscetíveis a sofrer variações, em função dos efeitos da volatilidade da taxa de câmbio sobre os ativos e passivos atrelados às moedas estrangeiras, principalmente do dólar norte-americano. Risco de taxa de juros: Os resultados da Companhia estão suscetíveis a variações das taxas de juros incidentes sobre aplicações financeiras, empréstimos e financiamentos com taxas de juros variáveis, principalmente CDI e TJLP. d) *Risco operacional*: Risco operacional é o risco de prejuízos diretos ou indiretos decorrentes de uma variedade de causas associadas a processos, pessoal, tecnologia e infraestrutura da Companhia e de fatores externos, exceto riscos de crédito, mercado e liquidez, como aqueles decorrentes de exigências legais e regulatórias e de padrões geralmente aceitos de comportamento empresarial. Riscos operacionais surgem de todas as operações da Companhia. O objetivo da Companhia é administrar o risco operacional para evitar a ocorrência de prejuízos financeiros e danos à reputação da Companhia e de sua controlada e buscar eficácia de custos e para evitar procedimentos de controle que restrinjam iniciativa e criatividade. A principal responsabilidade pelo o desenvolvimento e implementação de controles para tratar riscos operacionais é atribuída à administração. A responsabilidade é apoiada pelo desenvolvimento de padrões gerais da Companhia para a administração de riscos operacionais nas seguintes áreas: • Exigências para segregação adequada de funções, incluindo a autorização independente de operações; • Exigências para a reconciliação e monitoramento de operações; • Cumprimento com exigências regulatórias e legais; • Documentação de controles e procedimentos; • Exigências para a avaliação periódica de riscos operacionais enfrentados e a adequação de controles e procedimentos para tratar dos riscos identificados; • Exigências de reportar prejuízos operacionais e as ações corretivas propostas; • Desenvolvimento de planos de contingência; • Treinamento e desenvolvimento profissional; • Padrões éticos e comerciais; • Mitigação de risco, incluindo seguro quando eficaz. e) *Risco de estrutura de capital (ou risco financeiro)*: A política da administração da Companhia é manter uma sólida base de capital para manter a confiança do investidor, credor e mercado e manter o desenvolvimento futuro do negócio. A administração monitora os retornos sobre capital, que a Companhia define como resultados de atividades operacionais divididos pelo patrimônio líquido total, excluindo participações de não controladores. A administração procura manter um equilíbrio entre os mais altos retornos possíveis com níveis mais adequados de empréstimos e as vantagens e a segurança proporcionada por uma posição de capital saudável. A administração monitora o capital usando um índice representado pela dívida líquida, dividido pelo patrimônio líquido ajustado. Para este propósito, a dívida líquida é definida como o total dos passivos (incluindo empréstimos e financiamentos e obrigações por arrendamentos mercantis financeiros), menos caixa e equivalentes de caixa. A relação da dívida líquida sobre o patrimônio da Companhia em 31 de dezembro de 2024 e 31 de dezembro de 2023 é apresentada a seguir:

	Consolidado	
	31/12/2024	31/12/2023
Total empréstimos (nota 16)	96.432	86.122
Total outros contas a pagar	12.547	6.000
Total duplicatas descontadas (nota 16)	-	682
Caixa e equivalentes de caixa (nota 6)	(618)	(686)
Aplicações financeiras (nota 6)	(1.227)	(13.125)
Dívida líquida (A)	**107.134**	**78.993**
Total de patrimônio líquido (B)	135.720	163.683
Relação da dívida líquida sobre o patrimônio líquido (A/B)	**0,79**	**0,48**

6. Caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
Caixa e equivalentes de caixa	618	685	618	686
Aplicações financeiras	1.226	13.125	1.227	13.125
	1.844	**13.810**	**1.845**	**13.811**

Os saldos de caixa e equivalentes de caixa não possuem restrições de uso. O caixa e equivalentes de caixa são compostos em sua maioria em valores depositados em conta corrente. As aplicações financeiras, em 31 de dezembro de 2024, eram compostas de CDB's e aplicações compromissadas, no montante de R$1.844, com rendimento entre 98% a 100,5% do CDI (com rendimento entre 60% a 100% do CDI em 31 de dezembro de 2023). **7. Contas a receber de clientes**

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
Duplicatas a receber	88.548	114.277	88.548	114.277
(-) Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(42.176)	(17.683)	(42.176)	(17.683)
(-) Ajuste a valor presente	-	(21.891)	-	(21.891)
	46.372	**74.703**	**46.372**	**74.703**

A composição de contas a receber de clientes por vencimento, excluindo os recebíveis a receber junto do Ministério da Saúde apresentados em quadro desta nota, é a seguinte:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
A vencer	15.698	18.223	15.698	18.223
Vencidas	74.653	100.340	74.653	100.340
1 a 30 dias	3.945	1.628	3.945	1.628
31 a 60 dias	1.501	1.802	1.501	1.802
61 a 90 dias	1.077	1.502	1.077	1.502
91 a 120 dias	174	522	174	522
121 a 150 dias	98	595	98	595
151 a 180 dias	122	762	122	762
181 a 210 dias	194	1.020	194	1.020
211 a 240 dias	47	292	47	292
241 a 270 dias	104	338	104	338
271 a 300 dias	70	367	70	367
301 a 330 dias	23	646	23	646
331 a 365 dias	419	403	419	403
Mais de 365 dias	66.879	90.463	66.879	90.463
Depósitos a classificar e CPC 47	(1.803)	(4.286)	(1.803)	(4.286)
Total	**88.548**	**114.277**	**88.548**	**114.277**

A provisão para créditos de liquidação duvidosa é constituída além de uma estimativa de perda estimada com base nos valores históricos, também com base na avaliação individual dos clientes, nomeadamente o histórico de recebimentos e/ou inadimplência, levando-se em consideração o conhecimento da Administração do mercado de atuação da Companhia. Em 31 de dezembro de 2024, a Companhia mantinha registrado o montante de R$42.989 mil, junto ao Ministério da Saúde, vencidos há mais de 365 dias (R$70.792 mil em 31 de dezembro de 2023), para os quais constituiu uma provisão para perdas no valor de R$21.891 mil (o mesmo valor em 31 de dezembro de 2023). Adicionalmente, a Administração realizou uma avaliação de risco considerando fatores como o histórico de pagamentos do Ministério da Saúde, as comunicações recentes com o órgão e a análise do ambiente econômico atual, e concluiu que não há necessidade de complemento de provisão, pois as estimativas atuais são suficientes para cobrir os riscos identificados. A Companhia recebeu, dentro do exercício de 2024, os valores de R$18.237 da Fundação Instituto de Tecnica Estratégicas – Fite e R$9.566 mil do Ministério da Saúde. Os recebíveis com o Ministério da Saúde em 31 de dezembro de 2024 e 31 de dezembro de 2023 são compostos por:

	31/12/2024	31/12/2023
Ministério da Saúde	36.374	45.940
Fund. Inst. De Tecn. Estratégicas – FITE	-	18.237
Secretaria de Estado de Saúde	6.615	6.615
	42.989	**70.792**

A movimentação da provisão para créditos de liquidação duvidosa está apresentada a seguir:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
Saldo inicial do exercício	39.574	40.593	39.574	40.593
Constituição	2.602	7.569	2.602	7.569
Baixa	-	(8.588)	-	(8.588)
Saldo final do exercício	**42.176**	**39.574**	**42.176**	**39.574**

A despesa com a constituição de provisão para crédito de liquidação duvidosa foi registrada na rubrica "despesas de vendas" na demonstração do resultado do exercício. O contas a receber oferecido em garantia de empréstimos e financiamentos, quando aplicável, está divulgados na Nota 16.

8. Estoques

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
Matérias-primas	24.230	19.745	24.230	19.745
Produtos em processo	160	537	160	537
Produtos acabados	37.643	48.257	37.643	48.257
(-) Provisão para perdas de estoques	(3.834)	(4.604)	(3.834)	(4.604)
	58.199	**63.935**	**58.199**	**63.935**

A Administração realizou avaliação da recuperabilidade de seus estoques e identificou um montante de R$359, refrente a baixo giro nos estoques, provisionado em 31 de dezembro de 2024. Abaixo demonstramos a movimentações da provisão:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
Saldo inicial	4.604	1.959	4.604	1.959
Adições	676	2.645	676	2.645
Baixas / reversão	(1.446)	-	(1.446)	-
Saldo final	**3.834**	**4.604**	**3.834**	**4.604**

Não existem estoques oferecidos em garantia de empréstimos e financiamentos (Nota 16).

9. Adiantamento a fornecedores

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
Fornecedores no exterior	438	4.859	438	4.859
Fornecedores nacionais	67	542	69	549
Outros créditos	416	2.019	419	2.043
	921	**7.420**	**926**	**7.451**

10. Impostos e contribuições a recuperar

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
Ativo circulante				
Imposto Produtos Industrializados (IPI)	3.124	3.050	3.124	3.050
Imposto sobre Circulação - ICMS	1.637	1.782	1.637	1.782
Contribuição - COFINS	906	2.720	906	2.720
Programa de Integração Social (PIS)	4.176	1.456	4.176	1.456
Imposto de Renda (IRRF)	2.073	2.200	2.073	2.200
Contribuição Social (CSLL)	274	660	274	660
	12.190	**11.868**	**12.190**	**11.868**
Ativo não circulante				
PIS/COFINS sobre ICMS	-	3.385	-	3.385
	-	**3.385**	**-**	**3.385**
	12.190	**15.253**	**12.190**	**15.253**

11. Investimento em controlada

a) Movimentação

Saldo em 31 de dezembro de 2022	**(4.733)**
Resultado de equivalência patrimonial	(2.985)
Saldo em 31 de dezembro de 2023	**(7.718)**
Resultado de equivalência patrimonial	(2.664)
Saldo em 31 de dezembro de 2024	**(10.382)**

b) Principais informações da controlada Signove Tecnologia S.A. (i)

	31/12/2024
Total ativo	3.869
Total passivo	5.830
Patrimônio líquido	2.036
Prejuízo do exercício	(3.997)
Participação	66,66%
Quantidade de ações ordinárias (em ações)	399.900

(i) A Signove Tecnologia S.A. é uma empresa de software brasileira focada em pesquisa e desenvolvimento de tecnologias para a Saúde conectada, e no fornecimento de serviços de P&D especializados. A Signove desenvolve soluções para sistemas pervasivos, cloud, mobile computing, e sistemas embarcados. c) Percentual de participação na controlada em 31 de dezembro de 2024 e de 2023

	País	Direta
Signove Tecnologia S.A.	Brasil	66,66%

12 Imobilizado

Controladora

	Equipamentos de fabricação própria	Máquinas e equipamentos	Veículos	Equipementos de informática	Móveis e utensílios	Instalações	Benfeitorias em bens locados	Terrenos	Obras civis	Imobilizado em andamento	Total
Em 31 de janeiro de 2022											
Custo	177.088	19.008	1.074	4.682	2.184	2.312	2.885	569	31.297	3.392	244.491
Depreciação acumulada	(114.957)	(13.210)	(661)	(2.749)	(1.568)	(827)	(2.702)	-	(8.389)	-	(145.063)
Saldo contábil, líquido	**62.131**	**5.798**	**413**	**1.933**	**616**	**1.485**	**183**	**569**	**22.908**	**3.392**	**99.428**
Em 1º de janeiro de 2023											
Saldo inicial	62.131	5.798	413	1.933	616	1.485	183	569	22.908	3.392	99.428
Adições	1.104	4	-	-	-	-	-	-	-	21.061	22.169
Baixas	(3.351)	(2)	(30)	(6)	-	-	-	-	-	(1.849)	(5.238)
Transferências	18.727	440	-	120	25	635	-	-	-	(19.947)	-
Depreciação	(10.485)	(943)	(127)	(619)	(39)	(232)	(106)	-	(747)	-	(13.298)
Saldo contábil, líquido	**68.126**	**5.297**	**256**	**1.428**	**602**	**1.888**	**77**	**569**	**22.161**	**2.657**	**103.061**
Em 31 de dezembro de 2023											
Custo	184.774	19.338	663	4.755	2.206	2.947	2.885	569	31.297	2.657	252.091
Depreciação acumulada	(116.648)	(14.041)	(407)	(3.327)	(1.604)	(1.059)	(2.808)	-	(9.136)	-	(149.030)
Saldo contábil, líquido	**68.126**	**5.297**	**256**	**1.428**	**602**	**1.888**	**77**	**569**	**22.161**	**2.657**	**103.061**
Em 1º de janeiro de 2024											
Saldo inicial	68.126	5.297	256	1.428	602	1.888	77	569	22.161	2.657	103.061
Adições	5.018	136	76	-	-	-	-	-	-	33.012	38.242
Baixas	(921)	45	9	44	6	(92)	3	-	(575)	(3.932)	(5.413)
Transferências	25.696	2.950	-	45	29	-	-	-	-	(28.720)	-
Depreciação	(10.595)	(1.334)	(233)	(698)	(120)	(274)	(64)	-	(856)	-	(14.174)
Saldo contábil, líquido	**87.324**	**7.094**	**108**	**819**	**517**	**1.522**	**16**	**569**	**20.730**	**3.017**	**121.716**
Em 31 de dezembro de 2024											
Custo	203.796	22.294	739	4.766	2.234	2.827	2.885	569	30.102	3.017	273.229
Depreciação acumulada	(116.472)	(15.200)	(631)	(3.947)	(1.717)	(1.305)	(2.869)	-	(9.372)	-	(151.513)
Saldo contábil, líquido	**87.324**	**7.094**	**108**	**819**	**517**	**1.522**	**16**	**569**	**20.730**	**3.017**	**121.716**
Taxa anual de depreciação	**10%**	**10%**	**20%**	**20%**	**10%**	**10%**	**20%**		**3%**		
Vida útil	**10**	**10**	**5**	**5**	**10**	**10**	**5**	**-**	**40**	**-**	

Continua

Verificado em 25/03/2025 08:21:40 Página 2 de 5

PubliCP Publicidade Legal

Continuação

	Equipamentos de fabricação própria	Máquinas e equipamentos	Veículos	Equipamentos de informática	Móveis e utensílios	Instalações	Benfeitorias em bens locados	Terrenos	Obras civis	Imobilizado em andamento	Consolidado Total
Em 31 de janeiro de 2022											
Custo	177.088	19.033	1.074	5.104	2.215	2.332	2.885	569	31.297	3.393	244.990
Depreciação acumulada	(114.957)	(13.233)	(661)	(3.027)	(1.602)	(846)	(2.702)	-	(8.388)	-	(145.416)
Saldo contábil, liquido	**62.131**	**5.800**	**413**	**2.077**	**613**	**1.486**	**183**	**569**	**22.909**	**3.393**	**99.574**
Em 1º de janeiro de 2023											
Saldo inicial	62.131	5.800	413	2.077	613	1.486	183	569	22.909	3.393	99.574
Adições	1.104	4	-	24	-	-	-	-	-	21.061	22.193
Baixas	(3.351)	(2)	(30)	(6)	-	-	-	-	-	(1.849)	(5.238)
Transferências	18.727	440	-	120	25	635	-	-	-	(19.947)	-
Depreciação	(10.485)	(943)	(127)	(659)	(39)	(232)	(106)	-	(747)	-	(13.338)
Saldo contábil, liquido	**68.126**	**5.299**	**256**	**1.556**	**599**	**1.889**	**77**	**569**	**22.162**	**2.658**	**103.190**
Em 31 de dezembro de 2023											
Custo	184.774	19.362	663	5.200	2.236	2.968	2.885	569	31.298	2.657	252.612
Depreciação acumulada	(116.648)	(14.063)	(407)	(3.644)	(1.637)	(1.079)	(2.808)	-	(9.136)	-	(149.422)
Saldo contábil, liquido	**68.126**	**5.299**	**256**	**1.556**	**599**	**1.889**	**77**	**569**	**22.162**	**2.657**	**103.190**
Em 1º de janeiro de 2024											
Saldo inicial	68.126	5.299	256	1.556	599	1.889	77	569	22.162	2.657	103.190
Adições	5.018	136	76	-	-	-	-	-	-	33.012	38.242
Baixas	(921)	45	9	52	6	(92)	3	-	(575)	(3.932)	(5.405)
Transferências	25.696	2.950	-	45	29	-	-	-	-	(28.720)	-
Depreciação	(10.595)	(1.334)	(233)	(741)	(120)	(274)	(64)	-	(856)	-	(14.217)
Saldo contábil, liquido	**87.324**	**7.096**	**108**	**912**	**514**	**1.523**	**16**	**569**	**20.731**	**3.017**	**121.810**
Em 31 de dezembro de 2024											
Custo	203.796	22.318	739	5.180	2.264	2.848	2.885	569	30.103	3.017	273.719
Depreciação acumulada	(116.472)	(15.222)	(631)	(4.268)	(1.750)	(1.325)	(2.869)	-	(9.372)	-	(151.909)
Saldo contábil, liquido	**87.324**	**7.096**	**108**	**912**	**514**	**1.523**	**16**	**569**	**20.731**	**3.017**	**121.810**
Taxa anual de depreciação	**10%**	**10%**	**20%**	**20%**	**10%**	**10%**	**20%**		**3%**		
Vida útil	**10**	**10**	**5**	**5**	**10**	**10**	**5**	**-**	**40**	**-**	

Comentários sobre o imobilizado: (a) Em 31 de dezembro de 2024 e 31 de dezembro de 2023 a Administração realizou testes de *impairment* **de seus ativos imobilizados e concluiu não ser necessário a constituição de uma perda por** ***Impairment*****. (b)** Não foram identificados valores relevantes de ativo imobilizado nas empresas controladas incluídas no processo de consolidação. **(c)** Os imobilizados oferecidos em garantia de empréstimos e financiamentos, quando aplicável, estão divulgados na Nota 16. **(d)** Uma das principais atividades da Companhia é a venda de insumos de infusão, que é suportada pela locação de bombas de infusão e no retorno destas é verificado se estas bombas serão reparadas ou feita a manutenção, caso contrário as mesmas são baixadas como sucata, não sendo apurado nesse caso ganhos ou perdas. **(e)** Do total da depreciação o montante de R$13.183 está alocado no custo, R$884 alocado nas despesas administrativas e R$107 alocado em despesa com vendas.

13. Intangível

	Controladora Direito de uso de software	(a) Tecnologia industrial	Marcas e Patentes	Total
Em 31 de dezembro de 2022				
Custo	2.185	19.655	20	21.860
Amortização acumulada	(1.583)	(12.964)	(4)	(14.551)
Saldo contábil, líquido	**602**	**6.691**	**16**	**7.309**
Em 1º de janeiro de 2023				
Saldo inicial	602	6.691	16	7.309
Adições	62	2.239	-	2.301
Amortização	(217)	(1.135)	(1)	(1.353)
Saldo contábil, líquido	**447**	**7.795**	**15**	**8.257**
Em 31 de dezembro de 2023				
Custo	2.177	12.323	20	14.520
Amortização acumulada	(1.730)	(4.528)	(5)	(6.263)
Saldo contábil, líquido	**447**	**7.795**	**15**	**8.257**
Em 1º de janeiro de 2024				
Saldo inicial	447	7.795	15	8.257
Adições	14	1.207	-	1.221
Amortização	(174)	(4)	-	(178)
Saldo contábil, líquido	**287**	**8.998**	**15**	**9.300**
Em 31 de dezembro de 2024				
Custo	2.191	13.544	20	15.755
Amortização acumulada	(1.904)	(4.546)	(5)	(6.455)
Saldo contábil, líquido	**287**	**8.998**	**15**	**9.300**
Taxa anual de depreciação	**20%**	**33%**	**10%**	

	Consolidado Direito de uso de software	(a) Tecnologia industrial	Marcas e Patentes	Total
Em 31 de dezembro de 2022				
Custo	2.185	22.901	22	25.108
Amortização acumulada	(1.583)	(12.964)	(4)	(14.551)
Saldo contábil, líquido	**602**	**9.937**	**18**	**10.557**
Em 1º de janeiro de 2023				
Saldo inicial	602	9.937	18	10.557
Adições	62	2.239	-	2.301
Amortização	(217)	(1.135)	(1)	(1.353)
Saldo contábil, líquido	**447**	**11.041**	**17**	**11.505**
Em 31 de dezembro de 2023				
Custo	2.177	15.569	22	17.768
Amortização acumulada	(1.730)	(4.528)	(5)	(6.263)
Saldo contábil, líquido	**447**	**11.041**	**17**	**11.505**
Em 1º de janeiro de 2024				
Saldo inicial	447	11.041	17	11.505
Adições	14	1.207	-	1.221
Amortização	(174)	(4)	-	(178)
Saldo contábil, líquido	**287**	**12.244**	**17**	**12.548**
Em 31 de dezembro de 2024				
Custo	2.191	16.802	22	19.015
Amortização acumulada	(1.904)	(4.558)	(5)	(6.467)
Saldo contábil, líquido	**287**	**12.244**	**17**	**12.548**
Taxa anual de depreciação	**20%**	**33%**	**10%**	

Comentários sobre o intangível: (a) Tecnologia industrial: A Administração avalia a viabilidade de conclusão dos projetos e se existe a possibilidade de algum destes sofrer perdas em sua expectativa de rentabilidade futura com a previsão de geração de caixa inferior ao seu valor contábil. Em 31 de dezembro de 2024 a Companhia avaliou e não identificou fatores que indicassem que os ativos mantidos pela Companhia não gerarão benefícios econômicos futuros suficientes para recuperar seu valor contábil. (b) Do total da amortização o montante de R$9 está alocado no custo, R$168 alocado nas despesas administrativas e R$1 alocado em despesa com vendas. A amortização compreende ainda o montante de R$1.181 referente a direito de uso de arrendamentos. (c) Ativos intangíveis no balanço patrimonial consolidado tem a seguinte composição:

	31/12/2024	31/12/2023
Total do ativo intangível na controladora	9.300	8.257
Desenvolvimento de software - Signove	3.248	3.248
	9.300	**11.505**

O projeto de desenvolvimento de software na Signove está apresentado pelo seu valor de custo. O projeto encontra-se em curso, com expectativa de conclusão no primeiro trimestre de 2025, e iniciará a sua amortização, que se prevê que seja de 10 anos. O respectivo projeto também foi avaliado para fins de impairment, conforme demonstrado no item "a" acima.

14. Fornecedores

	Controladora 31/12/2024	31/12/2023	Consolidado 31/12/2024	31/12/2023
Fornecedores nacionais	4.053	4.534	4.095	4.746
Fornecedores estrangeiros	5.135	4.892	5.135	4.892
	9.188	**9.426**	**9.230**	**9.638**

15. Partes relacionadas: Os principais saldos do passivo em 31 de dezembro de 2024 e de 2023, assim como as transações que influenciaram o resultado do exercício, relativas a operações com partes relacionadas, decorrem de transações da Companhia com acionistas, profissionais-chave da administração e outras partes relacionadas.

Transações com partes relacionadas

	31/12/2024	31/12/2023
Signove - Contas a receber	4.816	582
Signove - Adiantamento para futuro aumento de capital	13.614	13.614
	18.430	**14.196**
	31/12/2024	**31/12/2023**
Franco Maria Giuseppe Pallamolla - Contas a pagar	4.873	4.873
	4.873	**4.873**

Os valores a receber e as transações efetuadas junto à Signove foram eliminados nas demonstrações financeiras consolidadas. Remuneração do pessoal chave da Administração: A remuneração do pessoal chave da Administração é composta por diretores e conselheiros da Companhia.

	31/12/2024	31/12/2023
Salários	4.233	3.695
Outros beneficios	292	258
Encargos	898	784
	5.423	**4.737**

A Companhia não tem nenhuma obrigação adicional de pós-emprego, bem como não oferece outros benefícios de longo prazo, tais como licença por tempo de serviço ou outros benefícios por tempo de serviço. A Companhia também não oferece outros benefícios no desligamento de seus membros da alta Administração.

16 Empréstimos e financiamentos

Banco	Modalidade	Encargos	Controladora 31/12/24	31/12/23	Consolidado 31/12/24	31/12/23
Banco Itaú S.A.	NC	5,50% a.a. + CDI	14.507	19.490	14.507	19.490
Banco Itaú S.A.	Finimp	18,02% a.a.	-	813	-	813
Banco Itaú S.A.	Giro	18,58% a.a.	4.025	1.017	4.025	1.017
Banco Santander S.A	Giro	21,12% a.a	43.323	46.142	43.323	46.142
Finep	Investimento	1,55% a.a. + TJLP	5.325	7.310	5.325	7.310
Banco Safra S.A.	Giro	de 20,56% a.a. a 22,42% a.a.	-	1.701	-	1.701
Banco BS2 S.A.	Giro	4,28% a.a. + CDI e 17,46% a.a.	6.680	5.439	6.680	5.439
Banco Bradesco	Giro	18,32% a.a.	5.867	1.389	5.867	1.389
Caixa Econômica Federal	Giro	17,46% a.a.	797	1.679	797	1.679
Unicred	Giro	11,75% a.a. +CDI	901	1.142	901	1.142
Banrisul	Garantida	7,44% a.a. +CDI	15.000	-	15.000	-
Total de empréstimos e financiamento			**96.425**	**86.122**	**96.425**	**86.122**
Passivo Circulante			**75.663**	**66.825**	**75.663**	**66.825**
Passivo Não Circulante			**20.762**	**19.297**	**20.762**	**19.297**

Os vencimentos, por ano, estão apresentados abaixo:

	Até um ano	Mais de ano	De 3 a 4 anos	Mais de 4 anos	Total
Em 31 de dezembro de 2024	75.663	11.348	8.867	547	96.425
Em 31 de dezembro de 2023	66.825	13.186	5.948	163	86.122

Em 31 de dezembro 2024 o valor justo de nossos empréstimos são como segue:

	Até um ano	Mais de ano	De 3 a 4 anos	Mais de 4 anos	Total
Em 31 de dezembro de 2024	39.644	59.278	9.586	344	108.852

Cláusulas restritivas: Os contratos de empréstimos e financiamentos contêm cláusulas contratuais restritivas ("covenants"), as quais permitem ao credor considerar antecipadamente vencido o contrato e exigir de imediato o pagamento do saldo devedor em aberto nas seguintes hipóteses: • Inadimplência da Companhia, dos avalistas ou qualquer sociedade ligada nas suas obrigações com o banco ou qualquer sociedade ligada ao banco; • Se a Companhia sofrer qualquer medida judicial ou extrajudicial que a critério do banco possa afetar sua capacidade de honrar obrigações; • Se a Companhia sofrer protesto de título, pedir falência ou insolvência, requerer recuperação judicial, convocar credores para propor plano de recuperação extrajudicial; • Transferência de bens e obrigações; • Substituição do devedor solidário por motivo de insolvência; • Se a Companhia iniciar qualquer procedimento de recuperação judicial ou extrajudicial, se for requerida sua falência, ou se houver protesto de título contra a Companhia; • Não cumprimento de qualquer obrigação assumida em outras obrigações celebradas com o banco, suas controladas, controladores ou coligadas; • Se for proposto contra a Companhia ação judicial por não pagamento de dívida certa, líquida e vencida, comprometa o cumprimento de suas obrigações ou garantias; • Se ocorrer qualquer mudança, transferência ou cessão, direta ou indireta, do controle societário/acionário da Companhia, ou ainda se ocorrer incorporação, cisão ou fusão; • Não reforçarem, em caso de perecimento, perda ou depreciação das garantias mencionadas em contrato; • Se houver alteração ou modificação do objeto social. • Se houver sentença condenatória transitada em julgado, em razão da prática de atos, pela Companhia ou seus dirigentes, que importe em discriminação de raça ou de gênero, trabalho infantil, trabalho escravo, assédio moral ou sexual ou crime contra o meio ambiente; • Indícios de crise econômica financeira ou de estado pré-falimentar; • Se for apurada falsidade de qualquer declaração, informação ou documento entregue ao banco; • Se a razão entre a Dívida Líquida Financeira e o EBTDA da Companhia, a ser apurada anualmente, não for menor ou igual a 2x até o prazo final de vigência da operação. Devido ao fato que houve uma quebra de covenants com uma operação do Banco Santander (Dívida Líquida Financeira e o EBTDA: menor ou igual a 2x) a Companhia decidiu contabilizar toda a dívida desta operação no curto prazo. O montante de longo prazo contabilizado no curto prazo foi de R$34.823. Garantias: As garantias dos financiamentos e empréstimos são compostas como segue:

Banco	Garantias
Finep	Aval, Fiança Bancária e Imóvel
Banco Itaú S.A.	Aval e Duplicatas
Banco Santander S.A.	Imóvel
Banco BS2 S.A.	FGI e Aplicação
Banco Bradesco	FGI
Caixa Econômica Federal – CEF	FGI
Unicred.	Aplicação
Banrisul	Duplicatas

Reconciliação da dívida líquida

	Emprést. banc.	Duplic. descont.	Caixa e equiv.	Consolidado Aplic. financ.	Consolidado Dívida líquida
Dívida líquida em 31 de dezembro de 2022	146.884	1.233	(3.851)	(45)	144.221
Movimentações que afetaram o fluxo de caixa					
Obtenção de empréstimos - principal	151.192	-	-	-	15.192
Pagamento de empréstimos - principal	(183.952)	-	-	-	(183.952)
Pagamento de empréstimos - juros	(51.884)	-	-	-	(51.884)
Outras variações	-	(551)	3.166	(13.080)	(10.465)
Movimentações que não afetaram o fluxo de caixa					
Despesa de juros e variações apropriados	23.882	-	-	-	23.882
Dívida líquida em 31 de dezembro de 2023	86.122	682	(685)	(13.125)	72.994
Movimentações que afetaram o fluxo de caixa					
Obtenção de empréstimos - principal	64.257	-	-	-	64.257
Pagamento de empréstimos - principal	(55.211)	-	-	-	(55.211)
Pagamento de empréstimos - juros	(14.676)	-	-	-	(14.676)
Outras variações	-	(675)	67	11.898	11.290
Movimentações que não afetaram o fluxo de caixa					
Despesa de juros e variações apropriados	15.933	-	-	-	15.933
Dívida líquida em 31 de dezembro de 2024	96.425	7	(618)	(1.227)	94.587

17. Obrigações sociais e trabalhistas

	Controladora 31/12/2024	31/12/2023	Consolidado 31/12/2024	31/12/2023
Passivo circulante				
Salários a pagar	651	584	676	614
INSS a recolher	6.179	5.093	6.231	5.164
FGTS a recolher	429	179	441	189
Provisões sobre a folha	2.370	2.322	2.509	2.472
Outros	495	649	495	649
	10.124	**8.827**	**10.352**	**9.088**
Passivo não circulante				
INSS parcelado (i)	4.941	6.002	4.941	6.002
	4.941	**6.002**	**4.941**	**6.002**

(i) Parcelamento dos débitos de INSS mantidos pela Companhia relativos ao ano de 2023 e exercícios anteriores. O pagamento, nos termos do parcelamento, será realizado em 55 parcelas mensais e consecutivas, com vencimento final em julho de 2026. Em 31 de dezembro de 2024, a Companhia não possui parcelas em atraso. **18. Imposto de renda e contribuição social diferidos:** Foram constituídos, nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e de 2023, imposto de renda e contribuição social diferidos com a seguinte natureza:

	Controladora 31/12/2024	31/12/2023	Consolidado 31/12/2024	31/12/2023
Passivos fiscais diferidos				
Depreciação acelerada	4.703	7.985	4.703	7.985
	4.703	**7.985**	**4.703**	**7.985**
Ativos fiscais diferidos				
Provisão para crédito de liquidação duvidosa	14.340	6.012	14.340	6.012
Provisão para contingências trabalhistas	777	816	777	816
Provisão para pagamento de royalties	71	1.503	71	1.503
Provisão para perdas de estoque	1.304	1.565	1.304	1.565
Ajuste a valor presente	-	7.443	-	7.443
Provisão para comissões	1.234	3.114	1.234	3.114
Provisão para dispêndios advocatícios	240	358	240	358
Provisão para fretes	-	629	-	629
Provisão tributária	1.405	-	1.405	-
Outras provisões	334	1.888	334	1.888
Provisão faturados e não entregues	228	357	228	357
Prejuízo fiscal	7.916	7.916	8.303	8.303
	27.849	**31.601**	**28.236**	**31.988**
	23.146	**23.616**	**23.533**	**24.003**

Conciliação do resultado tributável com a despesa (receita) de imposto de renda e contribuição social

	Controladora 31/12/2024	31/12/2023	Consolidado 31/12/2024	31/12/2023
Resultado antes do imposto de renda e contribuição social	(26.162)	(11.153)	(27.493)	(12.647)
Imp. de renda e contrib. social pela alíquota combinada - 34%	**8.895**	**3.792**	**9.348**	**4.300**
Incentivos fiscais	592	623	592	623
Exclusão depreciação fiscal	(6.593)	(5.693)	(6.593)	(5.693)
Inovação tecnologica	(1.868)	(3.386)	(1.868)	(3.386)
Adições e (exclusões), liquidas	(1.496)	(708)	(1.949)	(1.216)
Imp. de renda e contribuição social no resultado do exercício				
Corrente	-	-	-	-
Diferido	(470)	(5.372)	(470)	(5.372)
	(470)	**(5.372)**	**(470)**	**(5.372)**
Alíquota efetiva	**2%**	**48%**	**2%**	**42%**

22 Receita operacional líquida

	Controladora 31/12/2024 Receita Bruta	Deduções e abatimentos	Impostos sobre vendas	Receita líquida	31/12/2023 Receita Bruta	Devoluções e abatimentos	Impostos sobre vendas	Receita líquida
Venda de produtos à órgãos governamentais	53.195	(1.937)	(7.264)	43.994	27.968	(741)	(3.624)	23.603
Venda de produtos a entidades privadas	59.688	(2.173)	(8.151)	49.364	60.985	(1.615)	(7.903)	51.467
Prestação de serviços	19.107	(262)	(2.609)	16.236	24.863	(737)	(3.222)	20.904
	131.990	**(4.372)**	**(18.024)**	**109.594**	**113.816**	**(3.093)**	**(14.749)**	**95.974**

	Consolidado 31/12/2024 Receita Bruta	Deduções e abatimentos	Impostos sobre vendas	Receita líquida	31/12/2023 Receita Bruta	Devoluções e abatimentos	Impostos sobre vendas	Receita líquida
Venda de produtos à órgãos governamentais	53.195	(1.937)	(7.264)	43.994	27.968	(741)	(3.624)	23.603
Venda de produtos a entidades privadas	59.688	(2.173)	(8.151)	49.364	60.985	(1.615)	(7.903)	51.467
Prestação de serviços	19.107	(262)	(2.609)	16.236	24.863	(737)	(3.222)	20.904
	131.990	**(4.372)**	**(18.024)**	**109.594**	**113.816**	**(3.093)**	**(14.749)**	**95.974**

A receita da Companhia, no montante total de 100,0% é proveniente de vendas no mercado interno.

23. Despesas por natureza

	Controladora 31/12/2024	31/12/2023	Consolidado 31/12/2024	31/12/2023
Matéria-prima	(20.526)	(10.198)	(20.526)	(10.198)
Remuneração direta	(41.561)	(40.143)	(43.316)	(41.973)
Comissões sobre vendas	(11.390)	(7.114)	(11.390)	(7.114)
Frete sobre vendas	(2.028)	(1.800)	(2.028)	(1.800)
Despesas com viagem	(1.584)	(1.778)	(1.766)	(1.966)
Depreciação e amortização	(15.952)	(15.448)	(15.996)	(15.489)
Serviços pessoas jurídicas	(11.072)	(10.502)	(12.531)	(12.010)
Despesa com marketing	(888)	(673)	(888)	(673)
Despesa aluguel, água, luz e telefone	(1.510)	(1.710)	(1.643)	(1.858)
Gastos com projetos	(843)	(524)	(1.254)	(863)
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(2.603)	(3.112)	(2.603)	(3.112)
Outras despesas	(10.485)	(8.801)	(10.471)	(8.849)
	(120.442)	**(101.803)**	**(124.412)**	**(105.905)**
Custo dos produtos vendidos	(62.883)	(51.380)	(62.883)	(51.380)
Despesas de vendas	(36.189)	(30.760)	(36.189)	(30.760)
Despesas gerais e administrativas	(21.370)	(19.663)	(25.340)	(23.765)
	(120.442)	**(101.803)**	**(124.412)**	**(105.905)**

Expectativa de realização dos tributos diferidos ativos

A recuperação dos créditos fiscais está baseada em projeções de resultados tributáveis, bem como na realização das diferenças temporárias para os seguintes exercícios:

	Valor
2025	5.777
2026	8.713
2027	8.942
2028	4.001
2029	416
Total	**27.849**

Os estudos de recuperabilidade dos saldos de impostos diferidos ativos realizados pela Companhia e aprovados pelo Conselho de Administração estão fundamentados nos seus planos de negócio e alinhados com as demais projeções utilizadas pela Companhia como, por exemplo, nos testes de recuperabilidade de ativos. **19. Provisão para riscos cíveis, trabalhistas** e **tributários:** A Companhia é parte em ações judiciais e processos administrativos perante tribunais e órgãos governamentais, envolvendo questões tributárias, trabalhistas, cíveis e outros assuntos. Em 31 de dezembro de 2024 e em 31 de dezembro de 2023, o saldo da provisão para contingências está baseado na avaliação da possibilidade de perda, estimada pelos consultores jurídicos da Companhia para as questões em litígio judicial de origem civel, trabalhista e tributário. A provisão é constituída em montante considerado suficiente pela Administração para cobrir as prováveis perdas estimadas com as ações em curso. A natureza das obrigações pode ser sumariada como segue: • Contingências trabalhistas: consistem, principalmente, em reclamações de empregados vinculadas a disputas sobre o montante de compensação pago nas demissões em virtude de reestruturação operacional para a adequação da estrutura de custos da Companhia.

A composição do saldo da controladora e do consolidado é a seguir apresentada:

	Controladora e consolidado 31/12/2024	31/12/2023
Trabalhista	2.286	2.400
	2.286	**2.400**

A movimentação da provisão para contingências é a seguir a presentada:

	Controladora e consolidado 31/12/2024	31/12/2023
Saldo inicial do exercício	2.400	4.632
Reversão	(114)	(2.232)
Saldo final do exercício	2.286	2.400

A Companhia possui uma estimativa de valor referente a processos com perda possível de R$1.992 em 31 de dezembro de 2024 (R$3.250 em 31 de dezembro de 2023), conforme composição demonstrada abaixo:

	31/12/2024	31/12/2023
Tributária	1.701	1.496
Trabalhista	291	1.754
	1.992	**3.250**

As perdas possíveis no âmbito tributário da Companhia decorrem de um processo administrativo emitido por parte do União - Fazenda Nacional, relacionado aos NCM's dos displays de nossas bombas de infusão, ainda em 1ª instância. **20. Outros contas a pagar:** Este contrato foi liquidado em agosto de 2024 e tratava-se de um valor de R$6.000, para cumprir o contrato com a Prefeitura de São Paulo, sendo que com os recebimentos desse contrato, que irão iniciar em abril de 2024, a Companhia irá liquidar este valor. Este valor foi adiantado, pelo nosso representante do estado de São Paulo, para produzir as bombas da licitação ganha em outubro de 2023. O valor será acrescido de uma taxa de juros de 3,5% a.m. e seu vencimento em 6 meses a partir de 3 de novembro de 2023. **21. Patrimônio líquido:** a) Capital social: Em 31 de dezembro 2024 e 31 de dezembro de 2023, o capital social, subscrito e integralizado, está representado por 2.576.438 ações ordinárias, no valor de R$73.436. O capital social está dividido da seguinte forma:

Acionista	Participação	Ações ordinárias	Total integralizado
Lifemed Administração e Participações Ltda.	41,4%	1.065.600	30.373
BNDES Participações S.A.	21,4%	552.503	15.748
Kumla S.A.	13,8%	356.047	10.148
Fundo BBI Financial I	23,4%	602.288	17.167
Total	100,0%	2.576.438	73.436

Em 31 de dezembro 2024, o capital social, subscrito e integralizado, está representado por 2.576.438 ações ordinárias, no valor de R$73.436. O capital social está dividido da seguinte forma: b) Reserva legal: É constituída à razão de 5% do lucro líquido apurado em cada exercício social nos termos do artigo 193 da Lei no 6.404/76, até o limite de 20% do capital social. c) Reserva de subvenção para investimentos: A reserva de subvenção para investimentos apropria os valores de subvenções recebidas do Estado através do programa FUNDOPEM/RS (Nota 27) e também a subvenção concedida pela Prefeitura de Pelotas através do reembolso de parte do ICMS durante um prazo de 10 anos, entre 2007 e 2016. Conforme mencionado na Nota 27 às demonstrações financeiras, a Companhia é beneficiária de subvenções governamentais para investimentos, as quais são reconhecidas no resultado do exercício e são excluídas na determinação do lucro tributável pelo imposto de renda e contribuição social. Os benefícios decorrentes desses incentivos não podem ser distribuídos como dividendos aos acionistas e devem ser mantidos em reservas de lucros, exceto para fins de absorção de prejuízos, sendo que as reservas devem ser reconstituídas à medida que lucros sejam gerados, até o montante dos benefícios obtidos. d) Reserva de lucros para investimentos: A reserva de lucros para investimentos (orçamento de capital) refere-se à retenção do saldo remanescente de lucros acumulados, a fim de atender ao projeto de crescimento dos negócios, estabelecido no plano de negócios da Companhia, conforme orçamento de capital aprovado em reunião do Conselho e proposto pelos administradores da Companhia, para ser deliberado na Assembleia Geral dos acionistas. e) Distribuição de dividendos: Os dividendos mínimos obrigatórios, conforme definido em estatuto social, são reconhecidos como passivo. Qualquer montante adicional ao dividendo mínimo obrigatório é reconhecido no patrimônio líquido. Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 31 de dezembro de 2023, a Companhia apurou prejuízos de R$ 25.845 e R$ 16.525, respectivamente; portanto, não houve a destinação de lucro.

24. Resultado financeiro

	Controladora 31/12/2024	31/12/2023	Consolidado 31/12/2024	31/12/2023
Despesas financeiras				
Despesas de juros	(18.995)	(27.003)	(19.017)	(27.071)
Despesas bancárias	(284)	(341)	(293)	(636)
Variação cambial passiva	(1.007)	(527)	(1.007)	(527)
Outras despesas financeiras	(2.011)	(1.646)	(2.015)	(1.667)
	(22.297)	**(29.517)**	**(22.332)**	**(29.901)**
Receitas financeiras				
Desconto obtido	352	52	362	59
Variação cambial ativa	73	264	73	264
Receita de juros	1.478	580	1.478	580
	1.903	896	1.913	903
	(20.394)	**(28.621)**	**(20.419)**	**(28.998)**

25.Outras receitas e despesas operacionais

	Controladora 31/12/2024	31/12/2023	Consolidado 31/12/2024	31/12/2023
Outras receitas	2.161	7.533	2.161	7.533
Requisições administrativas	-	8.755	-	8.755
Venda equipamento recondicionado	4.556	8.162	4.556	8.162
Crédito presumido de ICMS (Nota 28)	1.741	1.832	1.741	1.832
Outras despesas ou receitas	(714)	-	(714)	-
	7.744	**26.282**	**7.744**	**26.282**

Continua

Documento gerado oficialmente
Verificado em 25/03/2025 08:21:40
Página 3 de 5

Continuação

26. Instrumentos financeiros: A Companhia e sua controlada mantêm operações com instrumentos financeiros. A administração desses instrumentos é efetuada por meio de estratégias operacionais e controles internos, visando assegurar liquidez, rentabilidade e segurança. A Companhia não efetua aplicações de caráter especulativo em derivativos ou quaisquer outros ativos de risco. Os resultados obtidos com estas operações estão condizentes com as políticas definidas pela administração da Companhia. a) Classificação dos instrumentos financeiros: A classificação dos instrumentos financeiros está apresentada no quadro abaixo a seguir, e não existem instrumentos financeiros classificados em outras categorias além das informadas:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
Ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado				
Aplicações financeiras	1.226	13.125	1.227	13.125
	1.226	**13.125**	**1.227**	**13.125**
Ativos financeiros mensurados ao custo amortizado				
Caixa e equivalentes de caixa	618	685	618	686
Contas a receber	46.372	74.703	46.372	74.703
Adiantamento a fornecedores	921	7.420	926	7.451
Outros créditos	4.535	2.770	4.554	2.779
Partes relacionadas	18.430	14.196	105	-
	70.876	**99.774**	**52.575**	**85.619**

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
Passivos financeiros mensurados ao custo amortizado				
Fornecedores	9.188	9.426	9.230	9.638
Empréstimos e Financiamentos	96.432	86.122	96.432	86.122
Outras contas a pagar	8.012	16.515	8.643	17.120
Duplocatas descontadas	-	682	-	682
Passivos relacionados a contratos com clientes	1.153	1.087	1.153	1.087
	114.785	113.832	115.458	114.649

b) Mensuração do valor justo: Pressupõe-se que os saldos das contas a receber de clientes pelo valor contábil, menos a perda (*impairment*), e das contas a pagar a fornecedores estejam próximas dos seus valores justos. Em 31 de dezembro de 2024, o valor justo de caixa e equivalentes de caixa e contas a receber aproximam-se dos valores contábeis devido à sua natureza de curto prazo ou porque não estão sujeitos a taxas de juros variáveis. c) Análise de sensibilidade: Conforme mencionado na Nota 16, a Companhia possui empréstimos e financiamentos com diversas taxas de juros. Entretanto, a Administração considera que as variações mais significativas estão atreladas as operações pós-fixadas. Análise de sensibilidade de valor justo para instrumentos de taxa fixa: A Companhia não contabiliza nenhum ativo ou passivo financeiro de taxa de juros fixa pelo valor justo por meio do resultado e não designa derivativos (swaps de taxa de juros) como instrumentos de proteção sob um modelo de contabilidade de hedge de valor justo. Portanto, uma alteração nas taxas de juros na data de relatório não alteraria o resultado. *Análise de sensibilidade de fluxo de caixa para instrumentos de taxa variável:* Uma alteração de 25% e 50% pontos base nas taxas de juros CDI e TJLP, na data das informações financeiras, teria aumentado (reduzido) o patrimônio e o resultado do exercício sobre o saldo de juros não liquidado de acordo com os montantes mostrados abaixo. A análise considera que todas as outras variáveis, especialmente quanto à moeda estrangeira, são mantidas constantes.

	Em 31 de dezembro de 2024		Aumento ou redução do índice	
	Saldo	Índice	25%	50%
Passivos financeiros sujeitos a variação da TJLP				
Empréstimos e financiamentos	339	7,97%	9,96%	11,96%
Aumento ou redução da dívida pela variação do índice			7	14
Passivos financeiros sujeitos a variação do CDI				
Empréstimos e financiamentos	8.207	10,88%	13,60%	16,32%
Aumento ou redução da dívida pela variação do índice			156	312
Aumento ou redução da dívida total			163	326

Análise de sensibilidade de risco da taxa de câmbio: Uma alteração de 25% e 50% pontos base nas taxas de câmbio, na data das informações financeiras, teria aumentado (reduzido) o patrimônio e o resultado do exercício sobre o saldo de adiantamentos a fornecedores estrangeiros de acordo com os montantes mostrados abaixo. A análise considera que todas as outras variáveis, especialmente quanto à moeda estrangeira, são mantidas constantes.

	Em 31 de dezembro de 2024		Aumento ou redução do cotação	
	Saldo	Índice	25%	50%
Saldos expostos ao dólar americano				
Contas a pagar	1.950	6,5091	8,14	9,76
			3.173	6.346
Aumento ou redução da variação cambial, líquida			3.173	6.346

27. Participação nos lucros: A Companhia, baseada na política de remuneração variável, aprovada pela Administração, concede participação nos lucros e resultados aos seus empregados, que está vinculada a um plano de ação, objeto da avaliação dos resultados, bem como ao alcance de objetivos específicos, os quais são estabelecidos e acordados no início de cada ano. Em 31 de dezembro de 2024 a Companhia não efetuou provisionamento para pagamento de participação nos lucros e resultados, em virtude dos resultados obtidos em 2024. **28. Obrigações fiscais e tributárias:** a) Obrigações fiscais e tributárias a recolher

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
Passivo circulante				
COFINS a recolher	2	3	2	3
Imposto sobre circulação – ICMS	887	828	887	828
Imposto de renda a recolher	980	737	1.013	778
Outros impostos	18	93	32	99
	1.887	**1.661**	**1.934**	**1.708**
Passivo não circulante				
ICMS parcelamento	693	224	759	298
ICMS a recolher incentivo (FUNDOPEM)	1.264	2.772	1.264	2.772
	1.957	**2.996**	**2.023**	**3.070**
	3.844	**4.657**	**3.957**	**4.778**

b) ICMS diferido a recolher: As subvenções governamentais recebidas pela Companhia têm a natureza de subvenções para investimentos estaduais. Os valores das subvenções recebidas do Estado são representados pelo programa FUNDOPEM/RS - Estado do Rio Grande do Sul, que visa atender aos interesses do desenvolvimento regional, de forma a subvencionar os investimentos realizados na expansão de uma unidade industrial no município de Pelotas (RS) e o incremento e manutenção de postos de trabalho. Esta subvenção foi concedida no âmbito da estratégia de fomento ao desenvolvimento industrial definido nos programas FUNDOPEM/RS e INTEGRAR/RS, decreto n° 42.360/03. O cálculo da subvenção é determinado a partir do montante de ICMS devido incremental e incidente sobre os negócios realizados pelas unidades industriais incentivadas. O valor total deste incentivo estadual é de aproximadamente R$31.000 conforme Termo de Ajuste nº 025/2006, para o período de 19 de outubro de 2006 até 31 de dezembro de 2017, tendo sua revonação prorrogada por tempo indeterminado (conforme decreto nº 56.116 de 30 de setembro de 2021). Desde 2014 a Companhia está habilitada a utilizar o crédito presumido de ICMS de acordo com o decreto estadual do RS 51.074/2013. Esse crédito é apurado com base no saldo de débitos e créditos do mês de ICMS/RS. A alíquota é de 50% sobre o saldo apurado e lançado no resultado em outros créditos conforme há evidência do atingimento dos critérios para reconhecimento do benefício, durante o período de fruição do benefício do FUNDOPEM/RS. O total das subvenções recebidas acumulado é de R$38.124 no exercício de 2024 o montante apropriado foi de R$1.741 (R$1.832 em 2023). As subvenções governamentais têm um tratamento fiscal diferenciado na apuração do lucro real, pois as receitas decorrentes desses benefícios são excluídas da base de cálculo. **29. Resultado por ação:** O resultado por ação básico e diluído é calculado com base no resultado do exercício atribuível aos acionistas controladores no exercício e a respectiva quantidade média de ações ordinárias em circulação neste exercício, comparativamente com o mesmo exercício de 2023, conforme o quadro abaixo:

	Consolidado	
	31/12/2024	31/12/2023
Resultado do exercício	(26.632)	(16.525)
Ações ordinárias	2.576.438	2.576.438
Quantidade média ponderada de ações ordinárias em circulação	2.576.438	2.576.438
Resultado por ação básico (em reais)	(10,3368)	(6,4139)
Resultado por ação diluído (em reais)	(10,3368)	(6,4139)

Não existe fator diluidor, sendo assim, os lucros básicos e diluídos por ação possuem o mesmo valor.

30. Seguros: A Companhia, com base na avaliação de seus consultores, mantêm coberturas de seguros por montantes considerados suficientes para cobrir riscos sobre seus ativos próprios, alugados e os decorrentes de arrendamento mercantil e de responsabilidade civil. A política de seguro leva em conta a dispersão geográfica e o valor individual dos ativos utilizados. Os ativos segurados são a planta, as máquinas e equipamentos localizados em Pelotas, onde se localiza a matriz da Companhia, e as edificações locadas onde a Companhia tem instaladas as áreas comerciais e de assistência técnica em São Paulo. Abaixo as descrições e valores das principais coberturas:

	31/12/2024
Danos Materiais	
Incêndio, queda de raio, explosão e Implosão	112.500.000
Vendaval, furação, chuva de granizo e fumaça	20.000.000
Impacto de Veículos Terrestres	3.000.000
Alagamento/Inundação	5.000.000
Despesas com Instalação em Novo Local	3.000.000
Outras coberturas	1.180.000
Lucros cessantes	**12.000.000**

Declaração dos Diretores sobre o Parecer dos Auditores Independentes e sobre as Demonstrações Financeiras

Os Diretores da Companhia declaram para os fins do disposto no artigo 27, parágrafo 1º, incisos V e VI da Resolução CVM 80 de 29 de março de 2022, que:

i. Reviram, discutiram e concordam com as opiniões expressas no relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras do período findo em 31 de dezembro de 2024; e

ii. Reviram, discutiram e concordam com as demonstrações financeiras do período findo em 31 de dezembro de 2024.

São Paulo, 25 de março de 2025.

LIFEMED Industrial de Equipamentos e Artigos Médicos e Hospitalares S.A.

Franco Maria Giuseppe Pallamolla – Diretor Presidente

João Manuel Martins Ramos Canha - Diretor de Relação com Investidores

Ivan Consoli Ireno - Diretor sem designação específica

Elói Tramontin - Diretor sem designação específica

Luis Carlos Blanco Linares- Diretor sem designação específica

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Aos Acionistas, Conselheiros e Administradores da
Lifemed Industrial de Equipamentos e Artigos Médicos e Hospitalares S.A.

Opinião: Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Lifemed Industrial de Equipamentos e Artigos Médicos e Hospitalares S.A. (Companhia), identificadas como controladora e consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2024 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, individual e consolidada, da Companhia em 31 de dezembro de 2024, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa individuais e consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *Internatnesa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com* as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB) (atualmente denominadas pela Fundação IFRS como "normas contábeis IFRS"). **Base para opinião:** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas". Somos independentes em relação à Companhia e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Principais assuntos de auditoria:** Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras individuais e consolidadas e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos. Para cada assunto abaixo, a descrição de como nossa auditoria tratou o assunto, incluindo quaisquer comentários sobre os resultados de nossos procedimentos, é apresentado no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto. Nós cumprimos as responsabilidades descritas na seção intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas", incluindo aquelas em relação a esses principais assuntos de auditoria. Dessa forma, nossa auditoria incluiu a condução de procedimentos planejados para responder a nossa avaliação de riscos de distorções significativas nas demonstrações financeiras. Os resultados de nossos procedimentos, incluindo aqueles executados para tratar os assuntos abaixo, fornecem a base para nossa opinião de auditoria sobre as demonstrações financeiras da Companhia. ***Reconhecimento de Receita:*** A Companhia comercializa produtos e equipamentos da área médico-hospitalar, com a maioria das vendas no mercado interno. A Companhia também gera receitas com a locação de equipamentos, reconhecidas conforme a obrigação contratual é cumprida ao longo do tempo. A complexidade inerente ao processo de reconhecimento da receita e o grande volume de itens faturados, em termos de quantidades e valores, podem levar ao risco de reconhecimento antecipado de receita. Em função desses aspectos, consideramos este tema como um principal assunto de auditoria. A divulgação das receitas auferidas pela Companhia, incluindo os critérios de reconhecimento, está incluída nas notas explicativas 3 e 22. *Como nossa auditoria conduziu esse assunto:* Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros: (a) o entendimento do processo de vendas, incluindo o momento de reconhecimento das receitas e dos respectivos contas a receber; (b) análise das movimentações mensais sobre os saldos de receita reconhecida pela Companhia, de modo a avaliar a existência de variações contrárias às nossas expectativas estabelecidas com base em nosso conhecimento do setor e da Companhia; (c) conciliação dos saldos de receita bruta com os relatórios auxiliares de faturamento; (d) análise de operações de vendas que ocorreram antes ou depois do encerramento do exercício, de modo a garantir que a receita tenha sido reconhecida na competência adequada; (e) análise dos lançamentos de reversão de receita do cliente efetuados ao final do exercício e (f) a avaliação das divulgações efetuadas pela Companhia nas notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas. Com base no resultado dos procedimentos de auditoria efetuados, entendemos que os critérios de reconhecimento de receita adotados pela Diretoria, assim como as respectivas divulgações nas notas explicativas, são aceitáveis no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto. ***Provisão para perdas esperadas:*** Dada a importância da provisão para perdas esperadas, os processos implementados pela Diretoria devem incluir controles e análises para garantir que os saldos a receber estejam reconhecidos pelo seu valor realizável. No exercício findo em 31 de dezembro de 2024, a Companhia possuía provisão para perdas esperadas no valor de R$42.176 mil (R$17.683 mil em 31 de dezembro de 2023), conforme divulgado nas notas explicativas 3 e 7 nas demonstrações individuais e consolidadas. Devido à relevância dos montantes no processo de determinação das estimativas relacionadas à mensuração da provisão para perdas esperadas, que envolve análise de premissas e critérios de mensuração, entendemos que esse assunto é significativo em nossos trabalhos de auditoria. *Como nossa auditoria conduziu esse assunto:* Nossos procedimentos de auditoria incluíram: (a) entendimento do processo de reconhecimento da provisão para perdas esperadas em contas a receber e avaliação do ambiente de controles, analisando a razoabilidade das premissas e critérios utilizados em conformidade com as políticas contábeis da Companhia; (b) recálculo dos índices históricos de inadimplência; (c) verificação da integridade da carteira de contas a receber e das bases utilizadas para definir as premissas de cálculo; (d) recálculo da provisão para perdas esperadas na carteira de clientes comparando com os saldos contabilizados e (e) testes amostrais em títulos em aberto em 31 de dezembro de 2024 e confirmação de liquidação subsequente para validar a realização do saldo a receber. Com base nos resultados dos procedimentos de auditoria sobre a provisão para perdas esperadas em contas a receber, consideramos que os critérios e premissas adotados pela Diretoria, assim como as divulgações nas notas explicativas 3 e 7, são aceitáveis no contexto das demonstrações financeiras individuais e consolidadas. ***Realização do imposto de renda e contribuição social diferidos sobre prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social sobre o lucro líquido:*** Conforme divulgado na nota explicativa nº 18, a Companhia e suas controladas possuem ativo fiscal diferido nos montantes de R$7.916 mil e R$8.303 mil (R$7.916 mil e R$8.303 mil em 31 de dezembro de 2023) na controladora e no consolidado respectivamente, reconhecidos sobre prejuízos fiscais/base negativa de contribuição social sobre o lucro líquido. A análise da realização do ativo fiscal diferido sobre prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social é significativa para nossa auditoria em função da magnitude dos montantes registrados nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, e também pela complexidade e subjetividade envolvidas no processo de preparação e revisão das projeções de resultados futuros que suportam a realização do ativo fiscal diferido. Estas projeções são elaboradas com base em premissas que são afetadas por expectativas futuras em relação a condições econômicas e de mercado. *Como nossa auditoria conduziu esse assunto:* Nossos procedimentos de auditoria consistiram, entre outros: (a) entendimento e avaliação dos controles internos relevantes estabelecidos pela Companhia relacionados ao reconhecimento e manutenção do saldo de imposto de renda e contribuição social diferido ativo; (b) revisão das projeções de resultados futuros com base no plano de negócios preparado pela Diretoria, incluindo a avaliação das principais premissas e da metodologia utilizada; (c) revisão das bases de cálculo do ativo fiscal diferido e (d) análise das divulgações realizadas na nota explicativa 18 das demonstrações financeiras individuais e consolidadas. Estes procedimentos foram realizados com o auxílio de nossos especialistas da área tributária. Baseados no resultado dos procedimentos de auditoria efetuados sobre a recuperabilidade do ativo fiscal diferido, que está consistente com a avaliação da Diretoria, consideramos que os critérios e premissas adotados pela Diretoria na elaboração das projeções que suportam a análise de realização do ativo fiscal diferido, assim como as respectivas divulgações nas notas explicativa 3 e 18, são aceitáveis, no contexto das demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto. **Outros assuntos:** *Demonstrações do valor adicionado:* As demonstrações individual e consolidada do valor adicionado (DVA) referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2024, elaboradas sob a responsabilidade da diretoria da Companhia, e apresentadas como informação suplementar para fins de IFRS, foram submetidas a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essas demonstrações estão conciliadas com as demonstrações financeiras e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essas demonstrações do valor adicionado, individual e consolidada, foram adequadamente elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e são consistentes em relação às demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto. *Auditoria dos valores correspondentes:* A demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia para o exercício findo em 31 de dezembro de 2023, foram auditados por outro auditor independente que emitiu relatório de auditoria datado em 18 de março de 2024, sem modificação. **Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras individuais e consolidadas e o relatório do auditor:** A diretoria da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da administração. Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas não abrange o Relatório da administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório. Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito. **Responsabilidades da diretoria e da governança pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas:** A diretoria é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB) (atualmente denominadas pela Fundação IFRS como "normas contábeis IFRS"), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a diretoria é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a diretoria pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Companhia e suas controladas são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras. **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e suas controladas. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela diretoria. • Concluímos sobre a adequação do uso, pela diretoria, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional. • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos. Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas. Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público. Porto Alegre, 25 de março de 2025.
ERNST & YOUNG - Auditores Independentes S.S. Ltda. - CRC SP-015199/F
Arthur Ramos Arruda - Contador CRC-RS096102/O

Franco Maria Giuseppe Pallamolla - Diretor Presidente | Fernando Rodrigues Möllerke - CRCRS 074434/O-3 | Auditado por: ERNST & YOUNG-Auditores Independentes S.S.Ltda.

Documento sem valor jurídico

Verificado em 25/03/2025 08:21:40

PROCERGS

Nome do arquivo: Lifemed - balanço 25.03.pdf

Autenticidade: Documento íntegro

DOCUMENTO ASSINADO POR	DATA	CPF/CNPJ	VERIFICAÇÃO
EMPRESA JORNALISTICA CALDAS JUNIOR LTDA Responsável: MARCELO DE SOUSA DANTAS	25/03/2025 08:21:38 GMT-03:00	92757798000139 43432271387	ICP Brasil CAdES

Documento Assinado Digitalmente

Conforme MP nº 2.200-2/2001 de 24/08/2001, o documento eletrônico assinado digitalmente tem comprovação pela cadeia da ICP-Brasil com a assinatura qualificada ou com a assinatura avançada pela cadeia gov.br regulada pela Lei nº 14.063 de 23/09/2020.